



47 cada rio, cada bacia, aquela bacia e os seus rios que integram ela, até hoje nós não obtivemos
48 ainda retorno do governo do estado através da secretaria de meio ambiente e a minha proposta
49 aqui é da retirada dessa condicionante e eu tenho uma proposta de uma moção também já como
50 uma sugestão de formar um grupo pra fazer esse estudo que eu acho ainda que é competência
51 do estado, nós temos um ZEE, Zoneamento Ecológico Econômico, que a gente tem que
52 trabalhar em cima dele, já é um estudo que o estado já tem por princípios, sendo que ele já está
53 sendo utilizados, se ele não contempla isso tudo, que melhore esse estudo, mas que o estado
54 que faça esse estudo e não o empreendedor ter mais esse ônus de fazer esse levantamento, a
55 gente sabe da importância desses estudos, tem que haver mesmo porque senão daqui uns dias
56 nós vamos ter aí unidades hidrelétricas no rio e nós não vamos ter água como lá no Norte de
57 Minas a gente sabe, a gente participa dos comitês de bacias do Jequitinhonha lá e eu também
58 estou lá em cima, então a gente sabe da dificuldade hídrica dessas regiões, então não adiante
59 também, se você não estiver um estudo, colocar lá e ter um elefante branco no futuro, então.
60 LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – conselheiro,
61 só a título de informação, esse grupo seria formado vários seguimentos ou só se restringiria ao
62 governo. MARCO ANTONIO, FIEMG – o grupo seria o governo, empreendimentos e Comitês
63 de Bacias, eu tenho já uma moção rascunhada aqui, mas eu queria saber dos conselheiros aqui
64 se todos estariam de acordo com isso. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
65 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – algum conselheiro quer se manifestar? AFONSO
66 LUIZ BRETAS, FAEMG – Marco Antônio, eu acho que é pertinente seu pedido porque eu
67 entendo que o governo que tem que deter, digamos, os estudos dos potenciais hidro-energéticos
68 das Bacias. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO –
69 mais algum conselheiro quer se manifestar? FRANKLIN OTÁVIO COELHO MENDONÇA,
70 SEDRU – eu gostaria só de tirar uma dúvida aqui, página 29 de 36, 3º parágrafo aí,
71 consolidada a criação de criadores da Mata Atlântica, não seriam corredores? NIVIO,
72 SUPRAM LESTE – você tem razão, seriam os corredores da Mata Atlântica, isso foi um erro
73 de digitação, foi por causa da criação ali né, mas o termo correto é corredores de Mata
74 Atlântica com certeza. FRANKLIN OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – em relação
75 a condicionante 21 também temos a mesma posição do conselheiro Marco Antônio,
76 entendemos que isso aí não é responsabilidade de um dos usuários responder pelos impactos
77 dos demais. ELISA COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES - eu queria
78 apenas argüir a equipe da SUPRAM qual foi a propostas quando essa condicionante foi
79 apresentada de um estudo referente a avaliação ambiental integrada, qual que é a idéia que está
80 sendo apresentada para que a gente possa avaliar melhor a proposta inclusive do conselheiro
81 Marco Antônio. NIVIO, SUPRAM LESTE – realmente essa condicionante 21, ela foi colocada
82 exatamente com esse objetivo, provocar um debate aqui nesse conselho, porque nós
83 entendemos que até o momento a gente, vinha licenciamento de PCH's, então quando você
84 analisa o impacto ambiental de uma PCH isoladamente ele é relativamente pequeno, acontece
85 que a quantidade de empreendimento semelhantes é muito grande, então quando você vê aqui
86 no rio uma série de PCH's em sucessivas, então esse é o motivo da nossa preocupação, ou seja,
87 meio ambiente você não pode fazer, ter uma visão isolada e fragmentada de meio ambiente,
88 você tem que olhar a coisa de uma forma integrada sim, exemplo, nós temos aqui a Usina de
89 Baguari, 160 km abaixo dela é a Usina de Aimorés, nesses 160 km são previstos mais duas
90 usinas hidrelétricas, o rio Doce é um rio Federal considerado rio de primeira ordem, então aqui
91 nós já vamos ter quatro usinas hidrelétricas num trecho de 160 km, os rios estaduais afluentes
92 do rio Doce que são chamados de segunda ordem, nós estamos verificando várias PCH ao
93 longo deles, nos ribeirões afluentes desses rios que são os chamados de terceira ordem já foram
94 licenciados as duas GCH's aqui, então, a nossa preocupação é o seguinte, daqui a dez, vinte
95 anos nós não vamos ter mais rios na região, nós vamos ter uma série de lagos, agora, o quê que



96 acontece quando você transforma um rio numa série de lagos, a ictiofauna de água corrente vai
97 desaparecer com certeza, quando você faz uma ou outra você ainda deixa um espaço ali, mas
98 quando você coloca cinco, seis PCH's em série como está previsto, fatalmente, nós não vamos
99 ter mais peixes nos nossos rios aqui, eles vão desaparecer com certeza, além disso nesses
100 estudos aqui dessas discussões de PCH tem havido muita discussão com relação a área de
101 preservação permanente se vai ser de 30, 50, 100 metros e tal, até agora não está se dando a
102 devida atenção a alteração da qualidade da água de um rio que vai ocorrer quando você
103 transforma ele de água corrente para água parada, essa condicionante é pra chamar atenção pra
104 esse fato sim, você modifica o rio, um rio, quer dizer, um curso de água, um rio, por exemplo,
105 ele respira através de suas corredeiras, quando você transforma um terço da extensão do rio em
106 água parada, quer dizer, além do impacto na ictiofauna que você vai causar, os peixes da água
107 corrente vão desaparecer, a qualidade da água dele vai alterar sim, a capacidade de alto
108 depuração do rio, quer dizer, aquela reoxigenação durante as corredeiras no rio você tem uma
109 troca de gases ali nas águas do rio, aqueles gases da resultante da decomposição de matéria
110 orgânica saem pra atmosfera e ao mesmo tempo as águas do rio são reoxigenadas também,
111 quando você cria uma série de lagos você impacta diretamente a capacidade de alta depuração
112 do rio e até o momento ninguém está observando isso, a discussão está toda centrada em termo
113 de APP se é 30 ou 100 metros, então nós estamos chamando atenção, isso tem que ser olhado
114 com cuidado e não está sendo olhado, nós não podemos olhar também só um PCH
115 isoladamente, os estudos ambientais mostram só aquele pedacinho, então realmente não tem,
116 mas nós temos obrigação de olhar a coisa como um todo, e outra coisa também é o seguinte,
117 meio ambiente não é uma ciência exata, se ele fosse só meio físico a gente poderia considerar
118 como ciência exata, ciência exata é dois mais dois é quatro em qualquer lugar e em qualquer
119 momento, mas quando você introduz meio biótico na coisa ele deixa de ser ciência exata e por
120 causa do meio biótico dois mais dois pode ser três, pode ser quatro, pode ser cinco, então, esse
121 é motivo pra gente, estamos chamando a discussão sobre esse aspecto e como que nós vamos
122 ficar daqui a dez, vinte anos, nós não vamos ter mais rio na região, nós vamos ter uma série de
123 lagos, seria interessante olhar aqui na página 27, isso aí é uma projeção futura do quê que vai
124 ocorrer com o Rio Corrente Grande, em linha reta, foi feito um estudo assim em mapa, então
125 considerando linha reta, o Rio Totó tem 186 km, em linha reta ele dá mais ou menos 146, então
126 o quê que vai acontecer com ele, da nascente até o km 19 ele é rio, do km 19 até o km 90, ou
127 seja, um trecho de 70 km estão previstas ter seis PCH's nele, então essas seis PCH's num
128 trecho de 70 km a soma dos lagos dos reservatórios aí vai dar 44 km, então imagina, o 70 km
129 de rio Corrente só vai ter 44 km de reservatórios dele e nesse pedaço aí você vai ter só 27 km,
130 divididos em cinco fragmentos de rio, então quer dizer, você vai deixar 70 km líquido do
131 trecho rio Corrente praticamente sem peixe, a ictiofauna de água corrente com certeza vai
132 desaparecer, ela não vai ter espaço né, que uma PCH termina daí a 4 km começa outra, então
133 veja bem, do km 19 até o km 70 terão 6 lagos ali em diante, depois do km 90 então tem 51 km
134 de trecho de rio, só que, devemos lembrar quem vai pra Belo Horizonte, Ipatinga hoje já vê os
135 5 km finais do rio Corrente não existem mais, aquele remanso que a gente vê ali do rio
136 Corrente a gente passa sobre ele, então, esse, quer dizer, só que isso vai acontecer com o rio
137 Doce, com o rio Corrente, com o rio Santo Antônio, todos os rios da região praticamente vão
138 estar previsto acontecer isso com eles, então aí que tá necessidade fazer estudo integrado né,
139 hoje a gente só está avaliando um impacto de uma PCH isoladamente, nós não podemos fazer
140 isso, com relação ao estado fazer o estudo, eu não concordo com isso porque o estado não faz o
141 estudo, não é o estado que está causando esse impacto, outra coisa, todo empreendedor tem a
142 obrigação de fazer esse estudo, qual a diferença dele fazer o estudo da área dele e olhar um
143 pouquinho mais longe, o estudo é praticamente o mesmo é claro, é um estudo mais complexo,
144 mas se ele já tem uma obrigação de fazer um EIA/RIMA dos impactos que ele vai causar,



145 porque que ele não abre um pouquinho mais, dá um zum um pouco maior nisso daí, o estudo é
146 o mesmo, ele já vai fazer esse estudo mesmo, ele só tem que fazer uma visão mais ampla da
147 coisa, é claro que a estratégia do empreendedor ele não quer fazer isso, ele quer saber só de
148 olhar o lado dele e esquecer de olhar o lado em volta, mas nós temos a obrigação de chamar a
149 atenção pra isso, meio ambiente por definição não é uma coisa isolada, é uma coisa mais
150 ampla, se ele já vai fazer um estudo de impacto porque que ele não olha um pouquinho mais a
151 frente e um pouquinho mais a traz, ele já vai fazer isso mesmo, é só questão de melhorar o
152 alcance da visão dele. ELISA COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES - eu
153 vou também fazer uma consideração sobre esses dois pontos de vista, primeiro assim, a
154 SUPRAM está fazendo um alerta que o Comitê da Bacia, nós temos estados atentos a esta
155 situação, realmente o Rio Doce e os diversos afluentes estão recebendo um conjunto
156 significativo de além de PCH's também algumas usinas hidrelétricas ao longo do curso, é claro
157 que isso vai alterar a historia do rio e das cidades né, nós temos que estar acompanhando de
158 uma forma mais atenta, o excesso é ruim e a escassez também, o excesso de chuvas no rio
159 Doce provoca as inundações, a escassez agora nos preocupa com a estiagem a redução do
160 volume de água do rio Doce, inclusive em Valadares porque estamos atentos com a
161 preocupação com a captação, o rio realmente o seu nível está muito baixo, não choveu esse
162 ano, do ano passado pra cá, nas cabeceiras né, isso até nos traz também um cuidado
163 acompanhar agora permanentemente, aliás temos até orientação de começar a pensar em
164 outros afluentes pra captação de novos empreendimentos de águas em Governador Valadares,
165 então estamos atentos a isso, mas eu queria registrar que eu acho que precisão
166 compartilhamento sim de responsabilidades até porque esse processo ele envolve muitos
167 atores, municípios, estados, governo federal, o comitê da bacia, o empreendedor que também
168 tem que se responsabilizar nesse papel, então eu acho que tem que somar aí a responsabilidade
169 também coletiva, eu acho que tem que ter realmente uma condicionante que faça com que o
170 empreendedor se responsabilize junto com o comitê da bacia, e hoje temos um plano aprovado
171 de recuperação da bacia do rio Doce para os próximos 20 anos né, e eu até tinha me esquecido
172 de falar isso no inicio, acho que foi uma vitória no nosso Comitê nós já termos então aprovado
173 o nosso plano para um projeto de 20 anos de recuperação da bacia que inclui também
174 avaliações das PCH's em todo seu curso, então quero registrar, não sei como a gente, eu
175 alteraria um pouquinho, mas o fato assim, ter um compromisso, não sei se todo compromisso
176 né, mas eu acho que partilhar esse compromisso com o que já está no plano de recuperação da
177 bacia e também o empreendedor também está atento e o próprio Comitê também junto com o
178 próprio COPAM e a SUPRAM também começar a pensar formas de compartilhar essas
179 responsabilidades, eu não sei o termo correto, não consegui aqui elaborar mas eu acho que a
180 avaliação feita pela SUPRAM, ela nos remete uma reflexão do presente e do futuro, mas
181 considero que nem tudo deve ser para o empreendedor, mas ele também tem que ter a parte
182 importante dela de responsabilidade, até porque estamos trabalhando para até o final do ano
183 termos uma agência de bacia, em 2011 iniciarmos a cobrança pelo uso da água e aí todos vão
184 participar desse processo né, os empreendedores, os municípios, os usuários, enfim, vai ter
185 realmente uma responsabilidade que vai se somar aos recursos do governo estadual e do
186 governo federal, mas também quem utiliza a água vai contribuir efetivamente, se tudo
187 caminhar conforme o cronograma previsto a exemplo do que já está acontecendo no São
188 Francisco, da cobrança do uso da água para reverter na recuperação da bacia, então acho que
189 tínhamos que pensar um novo texto aí onde a gente compartilhem responsabilidades com o rio
190 Corrente e demais rios que hoje vão precisar desse cuidado ambiental. NIVIO, SUPRAM
191 LESTE – concordo plenamente com a prefeita, como eu já disse antes, isso aqui foi pra
192 provocar um debate mesmo, com relação ali àquela sugestão do conselheiro Marco Antônio
193 não é justo, por exemplo, que a gente cobre desse empreendedor fazer o estudo dos demais ,



194 mas realmente compartilhar isso com os outros, isso é um problema que envolve a todos é o
195 estado realmente e os demais empreendedores, concordo plenamente sim que a gente
196 cheguemos a um consenso aqui como que a gente pode envolver as outras partes, porque isso
197 envolve todo mundo, envolve o estado, envolve os empreendedores, comitês de bacia, agora,
198 com relação a comitês de bacias eles são extremamente importantes, mas eles não estão
199 preparados, eles não tem pessoal, não tem estrutura pra assumir essa tarefa. LAÍS FONSECA
200 DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – Nívio, você citou aí, primeiro,
201 obrigada pela aula, esclarecedora e o necessário alerta a busca do controle, agora o conselheiro
202 Marco Antônio entendeu que seria este empreendedor sozinho responsável pelo estudo, agora,
203 exatamente, eu gostaria só de contribuir aqui pelo que nós conversamos você me informou que
204 seria todos aqueles empreendedores listados ali já existente o os futuros procederem
205 conjuntamente entre eles pra eles buscarem iniciativa dessa parceria entre eles, foi isso que eu
206 entendi, pelo que eu entendi você citou que seria um responsável por tudo. MARCO
207 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – aqui o escrito é esse. LAÍS FONSECA
208 DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – estou querendo justamente
209 clarear porque ficou parecendo que seria somente esse empreendedor aqui a integrada né.
210 NIVIO, SUPRAM LESTE – exatamente, realmente nesse processo a chamada de
211 responsabilidade foi em cima dele, mas o objetivo era fazer com que chamar os outros também,
212 compartilhar com os outros, porque veja bem, o estudo vai ser o mesmo pra todos, você vai
213 fazer o estudo, então é justo que seja repartido entre os demais sim, agora, uma parcela que o
214 estado deveria participar nisso aí é nos termos de referência nos futuros empreendimentos,
215 exige isso, os estudos integrados daqui pra frente nos próximos que tiverem que fazer e que
216 eles façam em conjunto mesmo, a idéia é fazer com que ele seja em conjunto, o empreendedor
217 ficou realmente preocupado com essa condicionante porque foi a primeira vez que isso
218 aconteceu, mas a idéia realmente é trazer os demais, dividir o ônus com os demais sim, essa
219 também é a nossa intenção, é o que a gente, a nossa proposta final seria exatamente essa
220 também, repartir com os demais, eles também são co-responsáveis nisso. MARCO ANTÔNIO
221 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – porque que você não colocou isso antes então na
222 condicionante, já tinha evitado essas discussões todas, agora, uma coisa que eu quero alertar
223 que você falou que não é obrigação do estado então a ZEE pra mim não tem função nenhuma,
224 se ele falou que o estado não tem que fazer estudo nenhum, levantamento nenhum, então a
225 ZEE você pode pegar e jogar no lixo, o empreendedor faz o estudo sim federal, lei federal
226 CONAMA, EIA, estudo de impacto ambiental já é responsabilidade dele dentro daquele
227 empreendimento dele, e o estado sim é responsável pelos recursos hídricos, elétricos, minerais,
228 mineração, tudo que existe dentro da DNPM, das licenças, senão não precisaria de outorgas de
229 água, não precisaria de nada, o cara chegava, instalava e comercializava então, o estado é
230 responsável sim, nós do Comitê de Bacia, a prefeita sabe disso, que nós já fizemos essas
231 moções lá pelo Suassui da responsabilidade do estado de fazer esse levantamento, infelizmente
232 além, desse nós ainda fizemos uma cobrança da onde que está sendo levado o dinheiro das
233 compensações ambientais dos empreendimentos dessas bacias, nós não obtivemos também
234 resposta do estado aonde que está indo porque nós precisamos de recuperar é aqui e nós
235 tivemos informações que algumas compensações os valores foram pra outra bacia, então a
236 gente sabe que cai no caixa único do estado e ele que define isso. LAÍS FONSECA DOS
237 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – nós podemos buscar hoje o lucro de
238 compensação está sob responsabilidade da Laura então nós podemos entrar em contato com ela
239 e nos comprometermos de trazer essa informação que eu acho mais justo que cobrança.
240 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – eu acho mais do que justo
241 pra saber realmente onde que está, porque se não a gente, como é que ele vai preparar o plano
242 dele, do estadual né. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE



243 MINEIRO – agora, partindo aí pro ZEE hoje é uma ferramenta que foi um presente pra nós ter
244 essa referência, agora, o estado proporcionou isso com parcerias também, então eu acho que a
245 gente poderia buscar o fio da meada aí e buscar como ficaria este texto desde que os senhores
246 estivessem de acordo da necessidade do estudo, como fazer se é em grupo, com contribuição
247 da empresa ou comitê de bacia envolvendo terá que ser formado um grupo, então primeiro
248 seria concordar da necessidade de que haja realmente esse estudo, porque da maneira que eu
249 estou vendo aqui o número, por isso que eu agradei aí a aula esclarecedora, o número de
250 empreendimentos e pertos, o risco de estarmos correndo risco já com alerta técnico que vamos
251 jogar o rio fora, porque peixe não vai sobreviver nas lagoas então o alerta está dado, então
252 partimos do principio, os senhores concordam da necessidade da apresentação do estudo desse
253 trecho e dos futuros? MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – não, a
254 gente acha que nem é esse, seria como o estado de Minas inteiro. LAÍS FONSECA DOS
255 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – conselheiro Marco Antônio, e ficou
256 claro também não é o empreendedor sozinho que estará fazendo isso, então seria ele buscar
257 todos aqueles elencados ali pra justamente promoverem uma reunião e ver como é que vai ser
258 feito esse estudo. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – fazer igual
259 foi o estudo da ZEE, começou numa discussão também e partiu pro que foi. LAÍS FONSECA
260 DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – tem que ter o ponto de partida,
261 não adianta, ah, não vou não. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG –
262 agora, ele não cabe como condicionante, porque como que você vai travar um prazo, você não
263 pode travar um prazo numa coisa que vai depender de agenda, de tudo isso, ainda continuo
264 propondo a retirada da condicionante e, eu tenho um texto aqui de uma moção para o estado
265 pra ser criado esse grupo. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE
266 MINEIRO – conselheiro, a recomendação da, cumprindo a legislação, o prazo de validade
267 sugerido é de 4 anos, em 4 anos não daria tempo pra fazer isso? MARCO ANTÔNIO
268 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – a ZEE não foi estudada em 4 anos, mas é uma
269 proposta a gente tem que pensar na bacia, nós estamos dentro do estado de Minas, eu não estou
270 falando mais só de um rio Corrente não, a grande preocupação no Jequitinhonha, senão daqui a
271 4 anos também vocês não tem água nem pra beber lá, vocês sabem que vocês estão sofrendo
272 com escassez brava e talvez até uma recessão de consumo lá muito séria, eu sei porque eu
273 conheço muito gente na área lá de cima, de Salinas, esse trem, é crítica a situação lá, eu ainda
274 continuo com essa preocupação, a minha sugestão é da retirada e de uma moção que eu quero
275 apresentar aqui, caso ela seja retirada. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
276 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – então faz o favor, proceda a leitura só pra gente
277 ter conhecimento. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – criar um
278 grupo de trabalho formado pelo estado, comitês de bacias que eu acho fundamental a
279 participação deles que senão num tem o porque deles existirem né, empreendedores de geração
280 de energia elétrica para elaboração dos estudos para análise ambiental integrada da micro-bacia
281 na qual os empreendimentos estão inseridos, você vai englobar não é só essa caso aqui, eu
282 estou pensando no macro, não estou pensando no micro, estou pensando no estado de Minas
283 Gerais, não estou pensando no rio Corrente só não, a nossa preocupação é que Minas Gerais é
284 o berço de água do Brasil, as nascentes principais estão aqui. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
285 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – pelo que estou entendendo é que chegamos num
286 acordo, estamos dentro da mesma visão, o que estamos precisando de definir é a redação e se
287 torna uma moção, o objetivo acho que foi atingido no sentido de buscar esse grupo de estudo,
288 agora, independente se ele é condicionante ou por via moção o importante é que a gente
289 consiga buscar essa iniciativa pra um grupo de estudo. NIVIO, SUPRAM LESTE – bom,
290 realmente nós chamamos ao debate pela importância do assunto e estava aberto realmente as
291 discussões e essa substituição então é por uma moção, nós concordamos, agora que fique bem



292 claro, que seja a participação integrada, não é só jogar pra responsabilidade inteiramente do
293 estado, sim, o estado, comitê de bacia e os empreendedores de cada bacia, quer dizer, um
294 trabalho conjunto, isso que nós queremos. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
295 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – e o rio Corrente agradece, principalmente isso.
296 ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – eu queria fazer uma colocação
297 também já que muita coisa foi adiantada, inclusive o esclarecimento da obrigatoriedade, só
298 compactuar com suas palavras porque é um problema sério mesmo, hoje atualmente quantas
299 PCH's tem no rio Corrente? NIVIO, SUPRAM LESTE – prevista 6. ALEXANDRE SYLVIO
300 VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – mas essa é a primeira? NIVIO, SUPRAM LESTE – olha
301 só, já tem 3 licença ali, naquele quadro, pena que ele está meio, está difícil de enxergar, a
302 primeira ali a Fortuna 2 já tem licença de instalação, duas jusantes já estão em construção com
303 essa concessão dessa de hoje vai ser quatro já, duas com licença de instalação e duas já em
304 construção já pra próxima fase de operação, então só tem duas ali que estão ainda, como se diz,
305 em fase de inventariado né, quer dizer, pode ou não sair, mas estão previstas, essa vai ser a
306 quarta LI do rio Corrente, as outras duas ainda não formalizaram a LP. ALEXANDRE
307 SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – só pra complementar a informação dele porque
308 realmente já existem alguns estudos a respeito da formação de lagos, bacias e já está realmente
309 comprovado a alteração de todo ambiente aquáticos desse lagos e a própria questão
310 climatológica que nós viramos hoje, qualquer dado meteorológico histórico aí no INEP ele
311 fornece isso, a quantidade de chuva está diminuindo, a evapo-transpiração está aumentando, a
312 umidade relativa do ar está diminuindo e essa idéia que se coloca que usina fio d'água água
313 que entra e água que sai não é, principalmente no período seco, existe uma evapo-transpiração
314 muito grande e o estudo de Aimorés por exemplo, feito por um professor da UFMG mostrou
315 que existe uma redução entre entrada e saída de água no final de praticamente 5% no período
316 mais seco do ano, então é realmente como você colocou, imagina uma usina atrás da outra,
317 cada uma com seu lago no período seco né, a prefeita falou também o nível de água do rio
318 aqui no período seco já abaixou mesmo, é fato por conta da presença do lago né, de Baguari,
319 então cabe realmente um estudo, agora, eu só fico preocupado é nessa transferência de
320 responsabilidade, realmente nós temos que, responsabilidade tem que ser compartilhada, eu
321 acho que cabe ao estado determinar através de estudos quantas usinas podem ser colocadas em
322 determinado rio né, porque senão vai ficar um atrás do outro mesmo e vai ser complicado,
323 exato, agora, nada impede, inclusive eu acho que pode ate ser uma obrigação que as empresas
324 participam do processo, nosso famoso PPP né, Parceria Pública Privada, agora, o estudo tem
325 que ser feito, estão surgindo usinas uma atrás da outra por necessidade de produção de energia,
326 isso é um fato, exato, um país que quer crescer 6% agora nesse ano não tem jeito, sem energia
327 não tem jeito, sete já, então haja energia mesmo, então realmente isso tem que ser muito bem
328 planejado, as usinas elas estão surgindo muito a toque de caixa realmente, e precisa se formar
329 um grupo, agora, eu acho que tem que ser encabeçado pelo estado, o estado tem que estar a
330 frente disso ou união, não sei, mas com a participação dos empreendedores. LAÍS FONSECA
331 DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – na SUPRAM Alto São
332 Francisco nós já conseguimos por meio de uma moção uma portaria do secretário formando já
333 o grupo certo, e esse grupo veio de uma reunião onde vários seguimentos foram envolvidos
334 nesse estudo, o problema na época era uma granja mas, chamamos FETAEMG, FIEMG eu
335 acho que a gente pode dentro desta moção pra segurança da concretização do estudo, por meio
336 de uma portaria, formar esse grupo, lógico que antecede ai as reuniões e o envolvimento de
337 vários órgãos, que o principal é tentar segurar que seja realmente feito esse estudo, é o ponta pé
338 inicial. FRANKLIN OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU - Marco Antônio, é só uma
339 sugestão em relação à moção, em vez dela ficar restrita ao segmento por geração de energia,
340 que ela seja ampliada para usuários e todos os demais interessados. MARCO ANTÔNIO



341 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – sim, é bem visto mesmo que aí você está
342 envolvendo, você está dividindo mais ainda a fatia né, vai ficar mais barato para os setores, o
343 seu setor que você representa, a captação de água, mineração, todo mundo, e são mais cabeças
344 né, pra estar pensando e a gente sabe da competência dos nossos técnicos, das nossas empresas,
345 a tá, criar um grupo de trabalho formado pelo estado, comitês de bacias e empreendedores de,
346 aí não, aí não entra empreendedores e usuários para elaboração, é, usuários de recursos hídricos
347 para elaboração de análise ambiental integrada da micro bacia na qual os empreendimentos
348 estão inseridos, é, micro bacia é porque você está pegando todo aquele trecho aonde eles estão
349 né, a sim. NIVIO, SUPRAM LESTE - veja bem, se a gente abrir demais esse leque aí eu acho
350 que a coisa fica meio complicada, eu acho que essa condicionante, se nós estamos tratando o
351 empreendimento hidrelétrico vamos pelo menos olhar duas coisas, primeiro, os impactos
352 ambientais dos empreendimentos hidrelétricos vamos ser mais específicos, outra coisa, temos
353 que definir prazos, formar um grupo se você não coloca data isso aqui daqui a 10, 20, 50 anos
354 ainda não sai, acho que o prazo tem que ser definido. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
355 RODRIGUES, FIEMG – so que tem que o estado que provoca o prazo né, nós estamos
356 provocando o prazo aí fazendo a portaria, quem vai fazer a portaria é o secretário né, ele que
357 vai propor um prazo, eu vou propor um prazo pro secretário é difícil né. LAÍS FONSECA DOS
358 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – o conselheiro, percebi que a
359 preocupação da equipe técnica da SUPRAM Leste é justamente que na intervenção já tem
360 ocorrido esse estudo, não é isso, na formalização da licença de operação do empreendimento já
361 haja esse estudo, não é isso, em 4 anos a sugestão, o prazo de validade da licença está previsto
362 pra 4 anos. CLÁUDIO DE PAULA BATISTA, IBAMA – a questão é que o prazo dele não é
363 manejado, não é fixado pela gente, por nós, ele depende também da, do principal gestor no
364 caso que é o estado, ele depende e muito, então se nós quisermos fixar um prazo aqui nós
365 vamos incorrer de um equívoco e prejudicar até o funcionamento, porque não é um estudo fácil
366 de ser feito e é extremamente necessário e a importância do estado, o estado é quem vai regular
367 as normas, é quem vai ditar as normas depois desse plano feito, então ele é o principal
368 interessado pra que ele possa ter em mãos um estudo pra que ele possa através desse estudo
369 fazer as normas, então não adianta a gente querer fixar um prazo, nós temos é que fazer esse
370 alerta que foi muito bem feito né, nós temos que aproveitar esse momento fazermos um
371 trabalho de forma a chamar o estado pra que ele assuma o seu papel e coordene esse trabalho, é
372 isso que nós temos que nos aprender aqui, é de mais rápido possível chamar o estado para que
373 ele possa gerir esse grupo de trabalho. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
374 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – porque se for pensar que esse estudo é
375 interminável ele estará sempre tendo que ser atualizado né, então acho que dentro de um
376 cronograma pode ser sugerido que esse grupo tenha semestralmente uma reunião pra poder
377 apresentar todos os dados que foram levantados, ou trimestralmente, não sei se seria um tempo
378 eximo demais. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – aí realmente,
379 eu estava pensando aqui, o Nivio tem razão nós estamos tratando de recursos hídricos referente
380 a hidrelétricas, aí o Franklin não cabe, a preocupação maior é o impacto das hidrelétricas
381 porque aí você tem a captação de água, COPASA, SAAE eles tem outro tipo de impactos, é
382 lógico, a sequência das hidrelétricas, mas nós temos mineração, siderurgia que tem outros
383 níveis de impactos que são outros estudos completamente adversos de um desses de
384 hidrelétrica, então aí, como se diz, a geração de energia para estudos o pessoal do setor elétrico
385 é mais importante nesse ponto. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE
386 NORTE MINEIRO – identifique-se, por favor. CLÁUDIO DE PAULA BATISTA, IBAMA –
387 eu só quero atendendo aqui que não gravou. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
388 RODRIGUES, FIEMG – eu sempre me esqueço. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
389 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – é só uma dificuldade porque quem vai



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

390 transcrever a gravação pra poder dar seqüência a fala. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
391 RODRIGUES, FIEMG – a colocação é essa, em vez de usuários voltar para os empreendedores
392 de geração de energia, agora, eu concordo com o Cláudio, não cabe a gente querer forçar aqui
393 pra colocar um prazo porque eu ainda continuo solicitando a retirada da condicionante, fazer a
394 moção, para, não quero nada lincado a esse processo, nada ligado. LAÍS FONSECA DOS
395 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – eu acho que a idéia. MARCO
396 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – é um estudo que nós vamos levantar, é
397 um estudo demorado que depende do estado, depende dos comitês de bacia, a gente sabe que
398 vai envolver um número grande de pessoas pra fazer esse levantamento, o estado precisa
399 levantar recursos pra fazer isso, só para o ano que vem, a gente sabe disso, na hora que ele
400 fizer, terminar o orçamento agora, nós estamos num período de eleição não pode ser feito nada
401 pra não tomar caráter de eletivo, então são coisas que você vai partir do ano que vem pro outro
402 ano ainda, 2011 pra 2012. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE
403 MINEIRO – exato, agora, a equipe técnica da SUPRAM está no papel dela que ela tem que
404 trazer esse alerta e justamente por co-responsabilidade desses impactos aí que nós optamos, a
405 minha proposta é a proposta que seria né, a equipe da SUPRAM que traz todo o embasamento
406 para os senhores darem o voto, então a equipe, é isso que vocês queriam no sentido de que haja
407 estudo ou condicionante ou moção. NIVIO, SUPRAM LESTE – bem, primeiro que a coisa
408 fique restrita ao empreendimento hidrelétricos, por exemplo, que aí nós vamos envolver só seis
409 pessoas, porque não pode abrir demais o leque que a gente dispersa os esforços, que se envolva
410 principalmente esses seis empreendimentos aí, agora, o que está pedindo é um estudo e o prazo
411 previsto pra essa obra aqui é 20 meses, mais ou menos dois anos, pra você fazer um estudo em
412 dois anos você faz um estudo, veja bem, isso aqui é só um, é lógico isso aqui vai ter que
413 contratar uma consultoria e debruçar-se, fazer pesquisa, é um estudo que está se querendo, não
414 é uma obra que vai fazer, não é obra, é um estudo que vai ser feito, é uma coisa teórica.
415 AFONSO LUIZ BRETAS, FAEMG – eu estou achando bastante confuso a condução desse
416 item, eu vou mostrar meu ponto de vista, eu acho que o Nivio tem razão de fazer o
417 levantamento, ele teria que ser relâmpago aqui porque quem vem pedir o licenciamento eu
418 pressuponho que ele tem que ter no mínimo de uma normalização, que vai falar que nesse rio
419 pode fazer X barragens e as condições são essas e essas, se nós agora na hora de aprovar um
420 licenciamento tivermos que fazer todo um ritual, todo um processo de dizer que isso pode, isso
421 não pode, isso pode, isso não pode nós vamos ficar travancado aqui, eu acho que não cabe
422 aqui, um alerta é um alerta, mas hoje o conselho tem que aprovar isso que está aqui, e isso que
423 está aqui não cabe como condicionante porque já está mais que aprovado nessas discussões
424 todas que isso aqui merece um estudo amplo e pleno na bacia toda, não é só nesse rio, é na
425 bacia toda, na bacia do rio Doce como um todo, de maneira que eu acho que essa
426 condicionante não cabe aqui agora né, se nós formos nos ater a isso aqui e depender dessa
427 condicionante isso aqui vai ficar no ar, não vai ser aprovado, o Brasil precisa de energia, nós
428 não podemos, o meio ambiente, nós temos que cuidar do meio ambiente mas não podemos
429 travar o desenvolvimento não, é meu ponto de vista. FRANKLIN OTÁVIO COELHO
430 MENDONÇA, SEDRU – só em relação a moção, comitê de bacia está incluído, então está
431 representando os usuários aí também, então está bom. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
432 RODRIGUES, FIEMG – presidente, eu gostaria de sugerir, acho que já esgotou todas as
433 discussões, colocar em votação as licenças e depois colocar em votação a retirada da
434 condicionante e a moção, no caso. ODÚLIO MERENSI DE MOURA, SIND. DOS
435 GEÓLOGOS – me estranha muito, realmente eu acho que é a minha ignorância no assunto,
436 como que alguém define, vou fazer aqui uma barragem, vou fazer aqui uma usina, deve existir
437 um estudo me parece, geotécnicos de alguns critérios de vazão de água, de volume, de
438 habitação quanto a população que existe, etc, isso é um estudo pra ser definido pelo governo, o



439 governo é que tem que ter algumas metas a serem atingidas, olha, pra se criar uma barragens
440 tem que ter certas premissas e tal, me parece isso, eu não sei como que surge esse, porque não
441 pode ser, esse empreendimento não surgiu desse licenciamento, esse empreendimento vem de
442 uma outra historia, quer dizer, reuniu-se um grupo de pessoas ou já existiu uma empresa que
443 vem solicitar agora um licenciamento, mas esse empreendimento foi discutido possivelmente
444 em outro lugar, quando se vai abrir um posto de gasolina, por exemplo, nós temos todo um
445 ritual né, esse eu conheço, agora, da barragem eu não conheço, então me parece que realmente
446 quem vai definir isso se vai ter seis, oito, dez ou só uma é o governo através de estudos que ele
447 é o responsável, entende, tem que ter critérios para que haja esse barramento, entende, e não
448 simplesmente cada um de nós agora querer fazer uma barragem e daí, entende, eu acho que é
449 responsabilidade do governo em primeiro lugar, depois na hora da implantação é que essa
450 empresa poderá fazer estudos, agora, quem define quantas barragens vai ter no rio é obra do
451 governo através de estudos técnicos e não diz, ou eu acho, ou eu vi, ou tenho necessidade
452 urgente de energia hoje, existe outras alternativas de energia que o governo tem deixado em
453 segundo plano, então, em detrimento da qualidade de vida do ser humano, essa que é a
454 verdade. CAPITÃO FERNANDO, POLÍCIA MILITAR – discussão muito boa, viável, só que
455 me preocupou bastante aqui que a gente observa que na realidade nós do COPAM nós estamos
456 votando questões importantes pras nossas bacias aí, mas de certa forma cegos, porque a gente
457 não sabe realmente o verdadeiro impacto que isso vai ter, então as falas aqui são todas boas, a
458 gente sabe que realmente prender e onerar só um empreendimento realmente é complicado
459 como Marco Antônio comentou, apesar que essa visão é uma visão realmente financeira,
460 impactar, onerar só o empreendimento vai ficar cara, não sei nem qual seria a diferente em
461 termo de valor financeiro do estudo só pro impacto dessa empresa, da PCH pra um estudo mais
462 amplo pra gente ver que tanto realmente iria impactar, mas a preocupação como o conselheiro
463 Cláudio comentou também, pra gente colocar prazos é praticamente impossível a gente colocar
464 agora prazo para o governo, mas por outro lado até quando nós vamos ficar votando de olhos
465 vedados aqui né, que nós estamos votando no empreendimento sem saber o verdadeiro
466 impacto, então a gente tinha que conseguir aqui entrar num consenso como nós poderíamos
467 fazer pra de certa forma pressionar então de certa forma o próprio governo através de uma
468 moção, não colocar prazo em termo de data mas, tentar de certa forma estipular um prazo
469 menor, porque vai vir vários outros empreendimentos, nós vamos estar votando, votando,
470 votando, votando, colocando a culpa aí que o governo que é responsável e nós fazemos parte
471 desse contexto, todos estão votando de olhos fechados, então preocupou bastante mesmo, acho
472 que seria interessante se estivesse alguém que estivesse essa informação mais ou menos qual
473 que é a diferença em termos assim financeiras porque o termo está, se não estivesse a diferença
474 financeira a gente ia falar assim, não, o próprio empreendedor faz esse estudo mas pra gente ter
475 noção até que ponto a gente vai poder colocar como condicionante mesmo ou fazer uma moção
476 aqui pra pressionar em termo de prazo, embora mesmo estando como condicionante nesse
477 próprio empreendimento já vai ter sido realizado lá toda instalação né, porque consta lá no
478 prazo que vai ter que entregar na formalização da licença de operação, ou seja, vai ficar
479 faltando só operar, a construção toda ele já fez na realidade, né, então a gente tem que pensar,
480 eu entendo que seria interessante que fosse condicionante mesmo não só desse como dos outros
481 que virão e o quê que a gente pode fazer aqui pra pressionar o governo e esses empreendedores
482 a torna-se realidade, foi comentado que o empreendedor né, foi comentado muito bem aqui que
483 o empreendedor não tem interesse de fazer esse estudo amplo, porque pode ser que mostre que
484 aquele empreendimento é inviável, ele não tem interesse, e se a gente for ficar esperando eu
485 não sei até quando nós vamos ter essa resposta, a gente verificar a forma de pressionar e fazer
486 tornar realidade. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – uma colocação
487 em relação ao que o Capitão falou aqui, é interessante mesmo, eu só fico preocupado com o



488 seguinte, que a área de drenagem da bacia ela é de 1128 km quadrados, ou seja, 112 mil
489 hectares, o cara vai ter um lago de 23 variando até 30 hectares né, eu acho muita
490 responsabilidade em cima de um empreendedor só, entendeu, tem que ser realmente muito bem
491 discutido isso aqui porque é uma área relativamente grande pra uma análise, não pra uma
492 bacia, para uma micro-bacia, mas pra uma análise geral é pesado. ISABELA, SUPRAM
493 LESTE – nós gostaríamos de sugerir então que o estudo fosse feito antes da próxima fase de
494 licenciamento porque, porque depois que todos os empreendimentos estiverem em operação
495 isso não vai mais fazer sentido, todas as barragens já vão estar colocadas então nosso
496 entendimento, acho que é o mesmo entendimento do Nivio é de que esse estudo pudesse ser
497 feito antes da próxima fase do licenciamento ambiental desses empreendimentos, de todos eles.
498 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – presidente, eu vou pedir
499 novamente, vamos colocar em votação a proposta conforme é a do estado, se nós vamos aceitar
500 ou não, se é a votação da licença de instalação, depois votação da retirada ou não da
501 condicionante, quem define isso é o nosso colegiado aqui e depois a votação se vai ter a moção
502 ou não, porque eu acho que nós já esgotamos e nós temos outros itens também que vão gerar
503 alguma polêmica pra frente. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE
504 NORTE MINEIRO – porque justamente pela responsabilidade eu acho que tinha que ser
505 discutido né, exatamente, estamos aqui pra isso e não pode deixar ficar nada omissivo aí, ficou
506 omissivo e vago quanto a esse prazo de estudo, apresentação dele, eu acho que infelizmente tem
507 que voltar no assunto que isso tem que ser definido pra colocar em votação em votação né.
508 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – acredito que não porque
509 estou pedindo a retirada, então nós temos que colocar em votação isso, se for votada a não
510 retirada aí sim, nós vamos discutir um texto, alguma coisa assim pra modificação do texto, mas
511 eu estou, a minha solicitação é da retirada desta condicionante e a colocação da moção
512 conforme eu já li. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE
513 MINEIRO – então está certo, esgotado todas as discussões, vamos colocar em votação a
514 licença prévia concomitante com o licença de instalação, quem estiver de acordo. SINARA,
515 SUPRAM LESTE – eu queria pedir uma retificação de uma condicionante antes de votar, da
516 condicionante 17, uma retificação do texto. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
517 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – vamos votar então a licença, depois na discussão
518 a gente entra na condicionante. Vamos votar a licença, e depois a gente, a licença será
519 concedida com condicionantes, vamos votar a concessão da licença e posterior a gente discute
520 ou não a retirada da, tá ok, então em votação a LP e LI quem estiver de acordo permaneça
521 como está, APROVADA a licença prévia de instalação. Agora quanto à retirada da
522 condicionante 21. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – seria retirada,
523 mas substituída por outra, pela moção né. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
524 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – então a sugestão do conselheiro Marco Antônio
525 seria a retirada da condicionante 1, 21 e transformá-la com embasamento em uma moção ao
526 presidente Dr. José Carlos. ELISA COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES
527 – minha proposta é de manter a condicionante, mas com outro texto melhor elaborado, que
528 podíamos trabalhar aqui agora porque eu acho que só moção ela ainda vai ficar vago do ponto
529 de vista, viu Marco Antônio, vamos. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES,
530 FIEMG – certo, mas aqui eu estou querendo a votação se vai ser pela retirada ou não, se não
531 houver a retirada aí a gente entra pra discutir o texto, se houver retirada não há necessidade da
532 gente discutir um novo texto. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE
533 NORTE MINEIRO – então nós temos duas propostas, uma da prefeita Elisa quanto a
534 manutenção da condicionante 21 porém com a melhora da redação e a outra proposta é a
535 retirada da condicionante pelo conselheiro Marco Antônio, em votação, vou ter que pedir a
536 manifestação de braço quem está de acordo com a retirada da condicionante, RETIRADA A



537 CONDICIONANTE 21 e vamos levar então a discussão o texto da moção com a sugestão da
538 criação do grupo de trabalho para que se faça o estudo, o estado também vai ter que dá um jeito
539 de trabalhar pra o termo de referência, ajuda aí agora Nívio, no sentido de ter um termo de
540 referência pra orientar e dar um norte a esse estudo também né, que vai ser a participação
541 inicial do estado. Criar um grupo de trabalho formado pelo estado, comitês de bacia e
542 empreendedores para elaboração de estudos para análise ambiental integrada da micro-bacia na
543 qual os empreendimentos estão e serão inseridos, conselheiro Marco Antônio, vou chamar
544 atenção aqui, você está escutando, está não, eu falo mesmo, quanto aqui o grupo de estudos pra
545 análise ambiental integrada a micro-bacia na qual os empreendimentos estão inseridos, e eu
546 completaria, aqueles a virem a serem inseridos na área, seria isso. CELSO GERALDO
547 MEDEIROS, CODEMA – a minha sugestão, poderia estar inserindo nessa moção algum
548 recorte dessa condição ao secretário pedindo uma agilidade, uma urgência pra apresentação pra
549 esse atendimento. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE
550 MINEIRO – eu acho que conjuntamente com os técnicos a gente pode lá fora marcarmos uma
551 data com sugestão de quem seria chamado a participar desse grupo, né com colaboração e
552 apoio, exatamente, então a moção, quem estiver de acordo, pois não. CAPITÃO FERNANDO,
553 POLÍCIA MILITAR – eu sei que é chover no molhado né, mas eu acredito que essa moção a
554 gente deveria formar um grupo em caráter de urgência para fazer esses estudos e tudo e ao final
555 considerando os diversos empreendimentos que estão sendo instalados, algo pra deixar mais
556 claro essa urgência que nós temos porque tem chance dessa moção ir pra lá e ela não ser
557 priorizada e nós vamos estar votando outros empreendimentos. LAÍS FONSECA DOS
558 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – seria em caráter sugerido pelo
559 conselheiro, caráter emergencial né, e dos empreendimentos existentes futuros que seria a
560 manutenção da frequência da atualização desses dados já pra micro bacia, então quem estiver
561 de acordo com a moção permaneçam como estão, APROVADA a moção ao secretário Jose
562 Carlos de Carvalho. Vamos passar para o item. CINARA, SUPRAM LESTE – destaque,
563 gostaria de solicitar uma retificação na condicionante 17, na redação, gostaria que a
564 condicionante 17 fosse redigida da seguinte forma, apresentar os documentos comprobatórios
565 de regularização fundiária em nome da empresa requerente e termo de compromisso para
566 averbação da reserva florestal legal das propriedades abrangidas pelo empreendimento à
567 SUPRAM LM, vírgula, e aguardar manifestação do órgão ambiental para intervir na área, o
568 prazo continuará como está. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE
569 NORTE MINEIRO – em votação, quem estiver de acordo permaneça como está, APROVADA
570 a alteração da redação da condicionante 17. **Passamos para o item 5 da pauta Processo**
571 **Administrativo para Exame de Licença de Instalação: 5.1 Vale S.A. / Postos de**
572 **Abastecimento – Itabira/MG – PA/COPAM/Nº 00119/1986/094/2009 – Classe 05 –**
573 **Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Em discussão. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA
574 COSTA, UNIVALE – só um esclarecimento, na página 3, no parágrafo, item 3 introdução, 3º
575 parágrafo, vocês colocam aqui possui uma capacidade nominal de armazenagem de 1200
576 metros cúbicos de diesel armazenados em dois tanques elevados e seis tanques com capacidade
577 de 15 metros cúbicos de óleo lubrificantes, é isso mesmo, dois de 600 metros cúbicos?
578 RODRIGO, SUPRAM LESTE – sim. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA,
579 UNIVALE – são dois de 600 metros cúbicos né, e seis de 15 de óleo, é só pra tirar uma dúvida
580 que eu achei. RODRIGO, SUPRAM LESTE - são tanques apoiados, eles são aéreos, eles não
581 ficam subterrâneos, os outros menores sim, são. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA
582 COSTA, UNIVALE – mas a capacidade é essa mesmo né, 600 metros cúbicos né. RODRIGO,
583 SUPRAM LESTE – sim, a capacidade é essa mesmo pra abastecer os caminhões da empresa.
584 LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – mais algum
585 questionamento? Então colocando em votação o item 5.1 da pauta, quem estiver de acordo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

586 permaneça como tais. CELSO GERALDO MEDEIROS, CODEMA - eu gostaria de me abster
587 ao voto por ser parte interessada no processo. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
588 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – obrigada, permaneçam como estão, então
589 APROVADA a licença de instalação do item 5.1. próximo item **6. Processo Administrativo**
590 **para Exame de Licença de Instalação Corretiva: 6.1 Mangueiras Derivados de Petróleo**
591 **Ltda. (Ex. Posto de Derivados de Petróleo) / Rede Gef's Postos de Serviços Ltda. / Postos**
592 **revendedores – Engenheiro Caldas /MG – PA/COPAM/Nº 01505/2001/001/2010 – Classe**
593 **05 – Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Em discussão, colocando em votação, quem
594 estiver de acordo permaneçam como estão, APROVADA a licença de instalação corretiva do
595 item 6.1. O item 7 nós estamos pedindo a correção, o **item 7 Processo Administrativo para**
596 **exame de Licença de Operação: 7.1 Matadouro Rio Doce Ltda. / Abate de animais de**
597 **médio e grande porte – Santana do Paraíso – PA/COPAM/Nº 02931/2004/003/2010 –**
598 **Classe 05 – Apresentação: Supram Leste Mineiro.** destaque pra SUPRAM Leste. PAULO,
599 SUPRAM LESTE – na capa do parecer onde se lê classe 5 é pra ler agora classe 3 e na pauta
600 também, na pauta está classe 5 passar para classe 3. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
601 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – algum questionamento? CAPITÃO
602 FERNANDO, POLÍCIA MILITAR – só uma dúvida, integrantes da SUPRAM, na página 8, os
603 comentários aqui logo após a condicionante 6 vem mencionando aí no parágrafo ofícios da
604 FEAM de números, tem toda numeração indicando aí que nos últimos estudos foram
605 verificados que os parâmetros estavam em desconformidade com a legislação ambiental, os
606 parâmetros que se encontram em desconformidade com a legislação são em ordem, Ph, óleos,
607 graxas e solos suspensos, eu queria mais um esclarecimento um pouco melhor aí desses itens aí
608 sobre esses parâmetros, os impactos que eles vão ter em termos ambientais aí porque com
609 relação às condicionantes de monitoramento alguns eles fizeram, extrapolaram um pouco o
610 prazo, mas pelo menos eles fizeram o monitoramento, o monitoramento existe pra isso né, não
611 é só fazer dentro prazo e tá ok, é pra ver se realmente está atendendo aquelas necessidades e
612 pelo que a gente está vendo aqui não está atendendo a legislação ambiental, então só um
613 esclarecimento um pouco melhor, porque mesmo não atendendo consta aqui pela conclusão
614 pelo deferimento da licença, saber se é de muito impacto, pouco impacto, qual é essa situação.
615 PAULO, SUPRAM LESTE - esse processo na verdade em primeiro momento seria uma
616 revalidação, uma LO, ele passou do prazo de protocolar o processo de revalidação por isso que
617 ele está com uma LOC, mas mesmo assim a gente continua analisando as condicionantes do
618 outro processo, durante a análise desta condicionante a gente viu que algumas ele cumpriu fora
619 do prazo, pelo decreto 44.844/2008 cumprir condicionante fora do prazo é passível de multa
620 né, essa é a primeira análise nossa e com relação aos parâmetros a gente se baseia também no
621 ofício da FEAM, os monitoramentos vão pra FEAM, a FEAM analisa, faz um ofício e manda
622 de volta pra gente falando dos monitoramentos, bom, durante todo os quatro anos, seis anos da
623 outra licença ele teve apenas esses três monitoramentos com padrões fora, sendo que o último
624 que foi de Ph, o Ph estava como 5.9 sendo que a legislação coloca que tem que ser de 6 a 9,
625 então um pouco fora do que está na legislação, com relação aos efluentes atmosféricos todos os
626 monitoramentos estavam dentro dos padrões, a empresa também possuem empresas licenciadas
627 que recolhe os resíduos sólidos então são vários fatores apesar de ter alguns monitoramento
628 fora que a gente pode concluir que há possibilidade do indeferimento da licença. FRANKLIN
629 OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU - a condicionante 2 que é comprovar a instalação
630 dos 4 tanques da secagem de lodo e principalmente aqui do decantador primário ela supre essa
631 deficiência aí no processo atual de tratamento de efluente líquido? PAULO, SUPRAM LESTE
632 – segundo o consultor, sim. FRANKLIN OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – não
633 seria interessante complementar essa condicionante então com a referência aí a esses itens que
634 não atendem hoje ao padrão? PAULO, SUPRAM LESTE – ele tem 30 dias pra comprovar a



635 instalação, depois ele vai realizar os monitoramentos que é a condicionante 1 que é isso que a
636 gente vai ver se os parâmetros vão estar dentro, se essas instalações que ocorreram na ETE vão
637 atender os parâmetros, se não, ele vai ser passível de uma nova autuação. FRANKLIN
638 OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – então a equipe técnica entende que não há
639 necessidade de se mencionar na condicionante a adequação desses parâmetros fora de padrão.
640 PAULO, SUPRAM LESTE – não, a equipe entende que não há essa necessidade. MARCO
641 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – o Paulo, você falou na condicionante 2
642 que foi o empreendedor falou e você acha, eu acho que dá pra ser assim né, comprovar a
643 instalação de 4 tanques de secagem, decantador e o Franklin perguntou pra você se isso
644 equaciona o problema, aí você falou que era informação do consultor que fala, e a sua qual que
645 é? PAULO, SUPRAM LESTE – a gente baseia nos estudos que foram apresentados pra nós,
646 foi feito uma avaliação, é uma ETE que igual eu falei dos monitoramentos, a maioria dos
647 monitoramentos estão dentro dos padrões, o último ficou um pouco fora que foi dentro do Ph,
648 praticamente estava dentro dos limites, então já se entende que é uma ETE que de certa
649 maneira funciona, alguns ajustes que vão ser feitos, são 4 tanques de lodos que é até
650 considerável, então a gente entende que é assim essa condição da ETE se adequar, se
651 posteriormente for detectado que os padrões continuaram fora ele vai levar um outro auto, um
652 outro auto de infração. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE
653 MINEIRO – mais alguma pergunta? Então vamos colocar em votação o item 7.1 do Matadouro
654 Rio Doce, quem estiver de acordo com a concessão da licença de operação corretiva
655 permaneça como estão APROVADA a LO corretiva. Passamos para o **item 8 Processo**
656 **Administrativo para Exame de Licença de Operação Corretiva: 8.1 Plasmold Injeção**
657 **Plástica e Ferramentária Ltda. / Moldagem de Termoplástico não organo-clorado, sem**
658 **utilização de matéria-prima reciclada, fabricação de outros artigos de metal não**
659 **especificados ou não classificados sem tratamento químico superficial. – Governador**
660 **Valadares/MG - PA/COPAM/Nº 07791/2005/001/2010 – Classe 03 – Apresentação:**
661 **Supram Leste Mineiro.** Em discussão. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA,
662 UNIVALE – um esclarecimento na página 11 efluentes atmosféricos, está lá saída de chaminés
663 de filtro mangas né, material particulado e chumbo, eu estava olhando aqui em termo matéria-
664 prima, consumo, é, tem essa necessidade de fazer análise de chumbo da chaminé pela
665 característica da fábrica, pelo menos o que eu olhei aqui nas matérias-primas eu não sei,
666 entendeu. RENATO, SUPRAM LESTE – sim Alexandre, tem que fazer essa. ALEXANDRE
667 SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – outra pergunta, eu estou vendo aqui a questão da
668 fábrica de baterias aqui né, ela é associada a fábricas de baterias ou não, é um fábrica
669 independente. RENATO, SUPRAM LESTE – ela é separada, ela não é uma fabricação de
670 baterias, ela é só montagem, ela não tem a carga final, a carga fica fora. ALEXANDRE
671 SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – só o esqueleto externo da bateria, não é isso?
672 RENATO, SUPRAM LESTE – isso, isso. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA,
673 UNIVALE – ok, mas a, eu estou tentando entender só a questão, de repente porque o chumbo,
674 ele trabalha com o chumbo também, porque pelo que estou vendo aqui de matéria-prima é só
675 material plástico, material injetável. RENATO, SUPRAM LESTE - MARIA APARECIDA,
676 SUPRAM LESTE – ele faz a montagem da bateria, ele só não dá a carga final, ele tem as
677 placas de chumbo. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – a tá, então ele
678 não trabalha só com a estrutura plástica não. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – o
679 chumbo é matéria-prima também. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE
680 – a tá, porque o chumbo ele não consta aqui na matéria-prima, na lista, é por isso que eu
681 estranhei, está aqui na página 4, óleo propileno, ácido carbono, cobre, alumínio, óleo, graxa,
682 soda cáustica, lubrificante, mas não toca na questão do chumbo. MARIA APARECIDA,
683 SUPRAM LESTE – não, mas faz parte do processo. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA



684 COSTA, UNIVALE – a tá, então faz parte da matéria-prima. MARIA APARECIDA,
685 SUPRAM LESTE – matéria-prima. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE
686 NORTE MINEIRO - mais algum questionamento por parte dos conselheiros? Então vamos
687 colocar em votação o item 8.1 da pauta, quem estiver de acordo permaneçam como estão,
688 APROVADA a LO Corretiva do item 8.1. **Item 9 Processo Administrativo para exame de**
689 **Revalidação de Licença de Operação: 9.1 Companhia de Alimentos Ibituruna S.A. (Ex.**
690 **Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce Ltda. – COAPERIODOC) / Preparação do**
691 **leite e fabricação de produtos de laticínios – Governador Valadares/MG –**
692 **PA/COPAM/Nº 00090/1997/008/2009 – Classe 05 – Apresentação: Supram Leste Mineiro.**
693 Em discussão. Só um momento, parece que essa empresa, Maria Helena, solicitou, a empresa
694 está solicitando 5 minutinhos pra uma apresentação, está aberto o espaço, 5 minutos.
695 ROBERTO CÉSAR, DIRETOR DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM - boa tarde presidente,
696 obrigado pela oportunidade, boa tarde membros do colegiado, meu nome é Roberto César,
697 Diretor de Operações da Leite Bom consórcio montado recentemente pra administrar as
698 empresas da antiga Parmalat e das empresas da Leite Bom, o consórcio assim, pra vocês
699 entenderem o contexto da montagem do consórcio, o consórcio foi montado praticamente a 20
700 dias com intuito de não deixar as fábricas da Parmalat parar, as fábricas se encontravam numa
701 situação bastante críticas financeira em virtude da crise de lactos que vem desde 2007 que foi
702 muito agravada com a crise financeira no mercado mundial em 2008, então o consórcio foi
703 montado muito rapidamente, mas a Leite Bom é uma companhia que o grupo GP
704 Investimentos que ela tem um nohau de consolidação de mercado e principalmente em gestão
705 de negócios né, a gente pode citar empresas aí como LL, Lojas americanas, Ambeves,
706 empresas que são reconhecidas hoje até mundialmente pela gestão de seus negócios e
707 principalmente referência em gestão ambiental, nós assumimos a Leite Bom a dois anos e em
708 um ano e meio nós conseguimos praticamente, a Leite Bom era uma empresa familiar né, com
709 foco no Centro-Oeste com passivos também muito grandes na área ambiental e a gente em um
710 ano e meio a gente conseguiu praticamente sanar 100%, os todos os laticínios da Leite Bom
711 possui licença ambiental, estão 100% atendendo todas as condicionantes, falar um pouco da
712 Ibituruna, quer dizer, Ibituruna pra gente no consórcio ela tem um papel fundamental nos
713 nossos planos a médio, a curto e a médio prazo, Ibituruna por exemplo ela tem uma capacidade
714 hoje de 13 milhões de litros, de processamento de leite e nós praticamente processamos quatro
715 milhões de litros, então das fábricas que nós temos, já são praticamente nove fábricas que nós
716 operamos, dentro do nosso plano de negócio de expansão a Ibituruna ela é fundamental pra que
717 a gente tenha sucesso nesse negócio, a gente entrou nesse negócio foi porque realmente a gente
718 acredita realmente que o mercado de lá merece uma consolidação, ela tem oportunidade de
719 consolidação, Ibituruna pela capacidade ociosa que tem hoje nós apenas investindo em
720 treinamento, investindo em mão de obra a gente consegue rapidamente alavancar um negócio,
721 hoje o Ibituruna ela tem praticamente 360 funcionários diretos, 140 terceiros e 3000 produtores
722 fornecendo leite in-natura pra nós, então assim, o que eu posso falar pro colegiado, pedir, nós
723 assinamos um TAC com a SUPRAM né, pra atender todas as condicionantes restantes, das 10
724 condicionantes onde boa parte estão como não atendidas, ela também foi em virtude de prazo
725 né, e a gente atendeu todas elas com exceção de duas e assinamos um TAC com a SUPRAM,
726 nós vamos realmente realizar, cumprir os prazos, não tem histórico né, até pelo que é o GP
727 Investimento, pelo que é e para aquilo que foi montado no consórcio e não passa pra nós ter
728 uma empresa dentro do contexto dos nossos negócios que não atende a legislação, que não
729 atende a ética seja ela fiscal, trabalhista ou ambiental, a gente tem um nohau aí de empresa que
730 somos reconhecidos principalmente pelo nosso nohau de gestão e a gente jamais vai ter no
731 nosso book de empresa, uma empresa que realmente não atende a legislação seja ela fiscal,
732 trabalhista ou ambiental, eu digo o seguinte, a gente realmente não pode falar do passado, nós



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

733 não assumimos primeiro mas nós somos responsáveis pelo passado, mas eu acho que a multa,
734 nós somos multados por isso, eu acho que a multa por si só ela já é drástica, talvez seja a maior
735 multa que uma empresa da região tenha tomado aqui e o indeferimento da nossa licença pra
736 gente, pros nossos planos de crescimentos, para os planos de crescimentos que eu acho que
737 Governador Valadares, assim como a presidente falou no início aqui a natureza, eu acho que a
738 natureza, mão de obra, tudo favorece pra que a gente tenha sucesso no nosso negócio dentro do
739 nosso planejamento de expansão futuro de investimento, de geração de empregos, ser
740 referência em gestão ambiental, por onde a gente passou a gente conseguiu isso, seja com
741 coleta de lixo seletivo, São Luiz por exemplo que é uma das fábricas que nós assumimos, que a
742 gente tinha no atendimento condicionantes na licença não renovada, hoje é referência, por
743 exemplo, 100% do subproduto nosso em São Luiz em um ano e meio nós conseguimos gerar
744 receita em 100% do subproduto, então deixou de ser um passível ambiental pra ser uma
745 geração gerador de receita pra fábrica e toda essa geração de receita da fábrica de subprodutos
746 a gente transforma isso em benefícios para os funcionários, seja no restaurante, seja na área de
747 laser ou seja no clube para os funcionários, então isso é revertido 100% dessa geração receita
748 de subprodutos em São Luiz praticamente para o benefícios dos funcionários, então assim, só
749 reforçando, fazendo o meu, eu costumo sempre falar, pra nós seria muito drástico a não
750 renovação, nós somos uma empresa que pra cumprir esse TAC que eu firmei ontem, pra vocês
751 terem uma idéia se eu não cumprir ele gera uma multa de mais 500 mil reais, então não passa
752 nem pela minha cabeça, eu só assinei isso porque realmente eu tenho, eu tenho condição de
753 assumir entre a primeira condicionante e a última são um prazo de 12 meses, sendo que em sete
754 meses a gente termina de fazer toda a parte que é de construção e instalação e aí os outros
755 meses, cinco meses são praticamente pra gente conseguir principalmente na parte da ETEI que
756 o lodo é biológico, então ele precisa de um tempo pra gente realmente atender e dizer, oh, estou
757 atendendo 100% da legislação vigente né, então pra nós a não renovação ela vai me prejudicar
758 bastante porque a gente capta dinheiro né, a gente foi captar no mercado dinheiro praticamente,
759 por exemplo, eu já tenho pré-aprovado uma carta do FINAME aonde pra mim ter a efetivação
760 desse financiamento pra executar esse TAC que fica em mais ou menos 1.000.100 eu preciso
761 de estar com a licença operacional, saiu nos jornais hoje, é de público, nós conseguimos captar
762 no mercado 67 milhões que foram efetivados ontem e boa parte desse dinheiro vai ser investido
763 em Ibituruna pra gente conseguir alavancar as nossas produções, gerar mais empregos, no
764 próximo mês, por exemplo, eu já tenho a reativação de uma fábrica de queijo dentro da fábrica,
765 é uma fábrica que o queijo Ibituruna nós temos a intenção de levar essa marca para o país todo
766 né, nós fornecemos boa parte do queijo prado consumido no Rio de Janeiro, somos nós quem
767 fornecemos, então a gente vai com a marca Ibituruna, a gente vai conseguir isso também,
768 alavancar a marca Ibituruna pra todo o país, então peço aos conselheiros bastante carinho no,
769 tenho que usar essa palavra, na análise que muito mais na cassação de uma licença total está
770 uma punição drástica numa empresa que tem um histórico de sucesso, uma empresa que vai
771 cumprir sim com todas as condicionantes porque nós temos hoje 50 empresas no contexto e
772 todas elas atendem rigorosamente as legislações, então eu peço realmente que analise com
773 carinho, que muito mais a gente está vendo que do passado, eu já estou sendo punido com a
774 multa e o futuro que é investimento pra essa cidade e trazer principalmente pra essa cidade
775 nohau e referência em gestão de empresa, ok, obrigado pela palavra. LAÍS FONSECA DOS
776 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – primeiro parabéns aí pelo
777 entendimento que nós só somos um instrumento pra fazer o cumprimento da legislação, se não
778 estivesse concordado com as cláusulas do TAC é porque elas seriam inverídicas, o senhor
779 assinou porque o senhor concorda que existem atos e ações a serem implementados, mas o
780 senhor pode ter certeza que hoje os prazos de licenciamento ambiental dentro do acordo de
781 resultado nos remete a formação da equipe, análise com prazo, depende da classe do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

782 empreendimento, mas não se passa de 90 dias o nosso licenciamento ambiental e, felicidades
783 pro senhor. ROBERTO CÉSAR, DIRETOR DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM – obrigado, é
784 igual aqui nesse caso que eu falei pra gente é muito mais que prazo e tal, a gente já está com
785 um processo a curto prazo de financiamento onde a cassação eu não ter a licença operacional
786 pra gente ela tem conseqüências muito sérias, hoje eu fiquei até a 1 hora com o conselho
787 deliberativo da Companhia, até tomando bordoadas em relação a isso né, que eu sou diretor de
788 operações e não tive tempo hábil durante o processo de diligência de eu observar que tinha uma
789 licença recém vencendo, então pra gente isso é bastante drástico em virtude de que a gente
790 capta dinheiro a médio e longo prazo com juros especiais e etc, o TAC ele foi, a gente sentou
791 com toda a equipe técnica as SUPRAM que nos ajudou bastante tecnicamente né, então eu
792 como diretor também como diretor estou seguro que tanto prazo como as ações elas realmente
793 vão ser efetivas pra que a gente atende todos os itens de controle da legislação. LAÍS
794 FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – o certificado de
795 licença hoje, a comprovação da licença tanto de órgãos, de instituições financeiras a liberação
796 do recurso depende do licenciamento, a certificação de ISO, então hoje está bem amarrado e na
797 revalidação da licença o que é apreciado é a avaliação do desempenho ambiental durante a
798 vigência da licença né, então não é que o seu empreendimento está sendo indeferido o seu
799 projeto apresentado, não é isso, o que será apreciado pelos conselheiros é a avaliação do
800 desempenho ambiental que o empreendimento teve durante a vigência dessa licença, que
801 aspirou, foi a recomendação pelo indeferimento pela equipe técnica da SUPRAM né, então
802 hoje a coisa melhorou muito, o consenso, os segmentos que estão aqui sendo representados nos
803 levam hoje a essa discussão democrática, que eu já vivenciei situações que eram muito fáceis lá
804 de Belo Horizonte antes da regionalização, indeferir a suspensão de atividade imediata, agora,
805 a responsabilidade de dar esse posicionamento é muito séria, a geração de emprego é muita
806 coisa que afeta então hoje a gente está tendo TAC, coisa que não tinha antigamente, então tanto
807 a SUPRAM tem a co-responsabilidade e o empreendedor também de estar se comprometendo a
808 imediata adequação do que ele não cumpriu no período da vigência dessa licença. AFONSO
809 LUIZ BRETAS, FAEMG – eu quero aproveitar a oportunidade, a gente está envolvido nessa
810 questão como produtor rural, como dirigente classista, como dirigente de cooperativa, como
811 conselheiro e essa questão do leite ela vem se desenrolando aí quando se falou muito na
812 questão de alimentos do mundo, que ia faltar alimentos etc, etc, etc, e a gente até disse que ao
813 invés de ser a bolha dos imóveis, é a bolha dos alimentos, então todo mundo correu e investiu
814 em alimentos, no caso foi o grupo LAEP, Roberto, se você permitir aqui vou contar um
815 pouquinho de história que eu acho que vai chegar junto com você aí, a LAEP então a
816 cooperativa já estava numa situação apertada, foi vendida para LAEP e logo em seguida essa
817 falsa bolha, quer dizer, ela explodiu, na realidade existia e veio a crise internacional e a LAEP
818 foi ficando, digamos, é inadimplente inclusive conosco, os produtores rurais, houve atraso de
819 pagamentos, se nossa cooperativa aqui ainda não estivesse uma reserva de caixa talvez por uns
820 60 dias ou mais nós não receberíamos o nosso pagamento, de maneira que acabou que a LAEP
821 também teve que desfazer de seus ativos de Norte a Sul e Leste e Oeste no Brasil que tinha
822 ativo do Rio Grande do Sul até o Nordeste certo, ela teve que desfazer de grande parte disso aí,
823 aqui ficou pela sua subsidiária que pra integrar a INTEGRALAT acredito que muitos de vocês
824 aqui devem saber dessa história que eu estou falando aqui, vocês vêem que ladainha que é isso
825 aí e nós ficamos lá na ponta tomando todas as rabanadas, de maneira que a LAEP assumiu
826 aqui o laticínio e ela como subsidiária né, como parte da LAEP, o quê que aconteceu, também
827 teve que ser negociada, e onde que surgiu né, que ela ficou aqui como a marca Parmalat surgiu
828 esse consórcio com a Leite Bom que é a atual administradora, então a INTEGRALAT
829 simplesmente ela à época da cooperativa nós estávamos cumprindo todos os requisitos da
830 legislação ambiental, porém a INTEGRALAT deixou a deriva esse passivo ambiental, a



831 operação dela adequada, de maneira que ela preferiu pagar suas contas, outros passos, digamos
832 em vez de perder o braço, perder o dedo, de maneira que ela deixou a deriva a parte ambiental
833 pra suprir outros itens e a Leite Bom herdou esse passivo num período aí, digamos assim, que
834 não deu tempo pra eles de tomarem as devidas providências a ponto de ser multado em
835 500.000 reais, enquanto que o investimento para correção ambiental vai ficar em 1.000.1000
836 num período de escassez igual ele próprio está confessando aqui que hoje nós estamos, todos
837 nós inclusive produtor rural não consegue tirar um financiamento se não estiver com a
838 regularização ambiental em dia, fica travado de maneira que eu entendo, a legislação ambiental
839 é lógico que tem que ser cumprida, mas tem hora que a gente fica numa encruzilhada forte
840 porque nós temos que nos resguardar a parte social econômica que tem como ele já descreveu
841 aqui quase 600 funcionários diretos fora os indiretos que são os carreteiros e outros, mais de
842 três mil produtores que tem aí as suas famílias, os empregados que dependem desse
843 empreendimento, a cidade também depende do empreendimento, então hoje eu acredito o
844 seguinte, nós estamos com uma responsabilidade grande em nossas mãos aqui, é só esse alerta,
845 é mais essa informação viu Roberto, que eu queria dar aqui pra que todos saibam pensar, igual
846 você falou, com carinho e com muita consciência na hora de dar o seu voto. MARCO
847 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – como se diz, é um caso muito delicado
848 que a gente tem nas mãos aqui hoje, que isso ainda não ocorreu aqui dentro desse conselho, nós
849 estamos falando aí de investimento, de multa, de grande laticínio, a gente sabe da importância
850 dessa planta pra Leite Bom, eles querem alcançar segunda posição em termos de produtos
851 lactos no Brasil, isso pra gente no município aqui e região vai ser muito importante porque vai
852 crescer o município, movimentar a economia, nós precisamos muito disso no município,
853 movimentar nossa economia, a gente sabe que as dificuldades que estão sendo criadas e o
854 município está passando, então geração de emprego, nós estamos aí falando nada, nada
855 envolvendo praticamente 30.000 pessoas nesse processo, nada, nada é 10% da população do
856 município, isso é um impacto muito grande, a gente fala em 10%, 10% é muito pouco, aí você
857 fala em 30.000 pessoas é muito grande, a gente fala em taxa de juros todos sabem que a nossa
858 SELIC subiu pra 10.75, isso é inadmissível em nosso país uma taxa de juros tão alta dessa
859 forma e uma empresa assumindo um compromisso que ela acabou de assumir hoje com a
860 SUPRAM de um investimento a curtíssimo prazo que a gente sabe, assumindo a
861 responsabilidade de uma multa também, e se não cumprir de uma multa dobrando ela né,
862 passando pra 1.000.000 de reais e o fechamento imediato aonde seria um cataclisma aqui na
863 nossa região e ele precisa dessa licença porque o BNDES não vai liberar o dinheiro dele se ele
864 não apresentar a licença ambiental aí nós vamos estar com o problema da mesma forma na
865 mão, sendo que, se ele perdesse essa licença e o prazo, ele já vai perder o financiamento,
866 perdendo o financiamento, nós já estamos com uma taxa de juros novos no mercado que
867 provavelmente vai ser trabalhada por todas as instituições financeiras porque, saiu ontem, hoje
868 você já pode saber, se vocês olharem lá nos bancos o cheque especial vai subir, a taxa de
869 crédito ao consumidor sobe e tudo mais, acaba que sobra pra gente uma coisa totalmente
870 infundada do governo federal a meu ver, esse aumento, porque nós não estamos com risco de
871 hiperinflação, de inflação pra ter um aumento de taxa de juros, a minha preocupação a gente
872 sabe, o Afonso, eu sei do que ocorre aqui desde 2004 que é da licença, eu conheço o per caso
873 todinho da cooperativa, da mudança de empreendedores e a Leite Bom assumiu aqui agora em
874 01/abril/2004 então nós ainda não temos nem 120 dias, isso é um curto espaço de tempo pra
875 um grande empreendedor fazer todas as adequações, tomar ciência de seus passivos todos,
876 provavelmente pode ter outros passivos nesse meio e fazer suas adequações numa época de
877 crise para o setor, então eu tenho aqui uma sugestão, como ele já firmou esse TAC que é esse
878 compromisso com a SUPRAM, eu vou solicitar que a gente passe para o deferimento do
879 licenciamento em decorrer de todos os problemas que ele teria pelo indeferimento, sendo que



880 ele precisa disso, eu sei, eu ou da área financeira também, nós somos representantes do
881 BNDES na região e do BDMG, se ele perder essa carta desse financiamento, ele tem que fazer
882 os estudos todos de novo, isso decorre de mais custo e tempo, ele só vai rever esse dinheiro
883 provavelmente o ano que vem que ele vai ter essa carta, estamos em época de eleição, é tudo
884 mais lento dentro do governo federal, então eu tenho essa ciência e essa compreensão também,
885 então a minha sugestão é pelo deferimento com as adequações do prazo em cima do TAC dele
886 nas condicionantes e como está sugerido no TAC não cumprimento, dobra a multa, fechamento
887 imediato. ELISA COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES – também
888 gostaria de manifestar sobre esse tema porque ele traz uma reflexão importante para o
889 município e queria abordar primeiro o grande desafio que todos temos aí a gente também como
890 gestora municipal de equilibrar o social econômico ambiental, esse é o nosso grande desafio
891 desse tempo de história e particularmente do município de Valadares, nós estarmos construindo
892 o desenvolvimento sustentável, isso implica em gerar empregos, expandir as empresas como
893 desejamos com a Companhia de Alimentos Ibuturuna mas, estarmos deixando um legado de
894 que o nosso meio ambiente deve ser cuidado para preservação, a Companhia faz um papel
895 importante que é agregar valor ao leite com os três mil produtores que hoje entregam leite para
896 a produção da indústria do leite, isso é extremamente significativo pra gerar empregos na nossa
897 cidade, queria destacar das condicionantes, duas, que eu acho assim, importantes pra, todas
898 são, mas essas duas especialmente pra cidade que são as adequações na estação de tratamento
899 de esgoto da Companhia e com certeza faz parte do TAC né, que já foi assinado e até porque
900 isso vai se somar ao projeto municipal também de tratarmos o esgoto da cidade da mesma
901 forma também a recuperação da mata ciliar do Córrego Figueirinha, que eu acho uma outra
902 condicionante muito importante pra cidade até porque a água que utilizada na empresa é do
903 Figueirinha e é bastante significativo que nós cuidemos do Figueirinha e da mata ciliar, seja
904 jusante, seja montante da Companhia, então acho que cumprir essa condicionante é
905 significativa, até porque nós estamos trabalhando também para cobrir de vegetação nossa
906 cidade e nossos distritos em projetos, estamos trabalhando pra isso, especialmente mata de topo
907 de morro e mata ciliares ao longo do rio Doce e ao longo dos rios da nossa cidade,
908 especialmente o Figueirinhas que ainda nos traz algumas dificuldades quando inunda entra em
909 muitas residências ainda em partes da cidade, mas isso com certeza vai nos auxiliar a cuidar do
910 nosso desenvolvimento, então, registrar aqui também o compromisso da importância da
911 empresa, da Companhia para o nosso município né, dentro desse contexto do TAC né, e
912 agregação de valor de uma indústria significativa, e hoje como o nome Leite Bom, senti
913 compromisso da empresa de cumprir, acho que isso é muito importante, dizendo isso aqui
914 nesse conjunto junto aos conselheiros, isso nos compromete a todos e eles estão dizendo isso
915 de público, então isso está mais do que além do que está escrito, também no que está sendo dito
916 então tem um valor, a presença aqui do empreendedor e por fim faria apenas um comentário,
917 conselheiro Marco Antônio, esse debate é sempre importante, eu também considero que cada
918 vez mais deveríamos evitar um aumento de juros, mas eu considero que pra garantir, na minha
919 avaliação, não sou profunda entendedora de economia, mas um pouquinho todos nós
920 entendemos, até pela necessidade de compreender o país e o mundo, mas assim, eu considero
921 que pra manter a estabilidade econômica neste tempo, após crise com a perspectiva de
922 crescimento do Brasil pra além de 6% podendo chegar aos 7%, nós podemos ter já um excesso
923 de consumo, excesso de consumo pode nos levar a alta de infração e infração, ela cada vez
924 mais, ela prejudica especialmente os mais pobres, porque incide diretamente no salário e incide
925 diretamente no consumo do alimento, no consumo da cesta básica, enfim, atinge a todos mas
926 atinge primeiramente os trabalhadores e o mais pobres então, o quando se eleva os juros é pra
927 conter o consumo, pra evitar um crescimento além do que o país suporta, porque hoje nós
928 vamos precisar de uma infra-estrutura grande pra suportar um crescimento de 7%, infra-



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

929 estrutura urbana, infra-estrutura de estrada, de portos, aeroportos, então, o Brasil crescendo
930 como a China vai exigir de nós investimentos altos em infra-estrutura logística, ou seja, então
931 eu fala assim, nós vivemos uma, é mesmo uma dificuldade aí de encontrar o melhor equilíbrio
932 para o país, então apenas eu refletiria isso porque eu ouvi de um economista, olha, é muito
933 ruim um crescimento pequeno, mas também se a gente cresce demais nós também podemos ter
934 problemas na condução da estrutura do país, então acho que é buscar o equilíbrio para um
935 crescimento, o mais o importante não é crescer tão pouco e nem crescer exageradamente, mas
936 crescer, vamos dizer assim, sustentavelmente, que é o que a gente quer para o meio ambiente,
937 então só deixar essa reflexão também desse contexto que nós estamos vivendo porque eu acho
938 que o Brasil está dando certo, obrigada. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES,
939 FIEMG – é só, eu vou contestar a taxa de juros porque é a minha área, que eu sou de formação,
940 com NBY e tudo mais, então a gente sabe que isso daqui é um impacto muito forte na melhoria
941 da tecnologia dentro de qualquer grande empreendimento, do pequeno a gente nem fala porque
942 fica muito longe ele alcançar esse nível de financiamento, a taxa de juros nesse ponto ela freia
943 a economia, freia bastante e isso pode ser um pouco perigoso porque isso pode gerar
944 desemprego, se você não tem consumo, você não tem produção, a fábrica, a indústria não vai
945 manter aquele quadro que ele precisa em cima deste crescimento previsto pelo governo federal,
946 que a gente acha altamente louvável, mas pra nos chegarmos lá hoje isso aqui é a terceira taxa
947 de juros maior no mundo, que ela não fica só em 10.75, ela ultrapassa muito mais esse valor,
948 ela chega a quase 20% no bolso do grande empreendedor, a gente sabe disso dentro da
949 CENIBRA, da USIMINAS porque vocês acabam buscando esse tipo, pra vocês é mais fácil
950 que vocês buscam a VALE, todo mundo busca o dinheiro no mercado internacional que é mais
951 barato, a contramão, o governo também consegue grandes investimentos, então nós temos uma
952 entrada grande de capital dentro do nosso país e a gente eleva o nosso caixa em dólar mesmo,
953 isso também é louvável, que a gente acaba tendo condições que era uma coisa que eu não
954 acreditava ver num governo do Lula, nós estarmos emprestando dinheiro via FMI, então é, e
955 passar de devedor a credor, isso pra nós, nosso país tem tudo pra despontar muito mais e ser
956 não só uma terceira economia, quarta, mas meu sonho é ver isso daqui como a primeira
957 economia do mundo, só depende da gente, nós temos tudo aqui dentro, matéria-prima nós
958 temos, o mundo depende da gente, nós temos água que é o principal que pode gerar guerras
959 futuras, mas era só pra ilustrar esse ponto. ODÚLIO MARINSE DE MOURA, SIND. DOS
960 GEÓLOGOS - aqui foi apresentado um histórico da cooperativa e dos operadores dessa
961 cooperativa, sucessores da cooperativa, eles trouxeram pra nós um problema, o problema
962 financeiro e não uma solução ambiental que é o que nós precisamos, então veja bem,
963 compraram, adquiriram esses direitos a quatro meses, eu não sei quando começou essa
964 discussão do TAC, quando eles compraram eles tinham que ter em mente duas coisas, primeiro
965 ter o dinheiro pra comprar e saber as conseqüências dos custos futuros de operação, esse é um
966 problema financeiros deles, não é nosso, agora nós temos que fazer uma mudança para que
967 obtenham o empréstimo, é um problema também deles financeiro, então quero deixar bem
968 claro que são duas coisas distintas, um problema financeiro, um problema de gerenciamento
969 quando foi adquirido possivelmente já conheciam o problema que estava pra vencer essa
970 licença ambiental, então eles teriam que ter contado com esse assunto como prioritário, esse é o
971 primeiro ponto, o segundo ponto é, foi feito um TAC firmado ontem casualmente e esse TAC
972 não veio pra nós, nós não temos conhecimento, então eu pergunto pra equipe técnica, pra
973 presidente da mesa se esse TAC atende a situação ambiental da empresa e que nós vamos ter
974 garantia de que com esse TAC estaremos tendo solução para o problema ambiental que nos
975 apresenta, porque nós temos um problema ambiental pra discutir o licenciamento ambiental da
976 empresa, não o problema conseqüente dessa licença ambiental que é um risco que se corre
977 quando se adquire um passivo né, então eu gostaria de ouvir de vocês onde está esse TAC, o



978 quê que contenpla esse TAC e como nós podemos nos sentir seguros para atender os ensejos de
979 todos né, os empregos, social, econômico e principalmente o ambiental que é pra isso que nós
980 estamos aqui, ok. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE
981 MINEIRO – vou passar a palavra para a advogada da SUPRAM e só colocar pro senhor
982 conselheiro, que o TAC tem a previsão legal né, que é o amparo para o empreendimento
983 continuar licenciando, se adequando e que ele não venha à apreciação, ele pode ser informado
984 aos senhores e a competência da assinatura é da SUPRAM, estou passando a palavra para a
985 Dra. Isabela. ISABELA, SUPRAM LESTE - realmente esse TAC foi firmado agora e ele não
986 veio a conhecimento exatamente, que é o que a Laís explicou, porque ele não é parte
987 integrante desse processo, ele é parte integrante do processo de auto de infração que é um
988 processo a parte, o que nós gostaríamos de explicar é que a revalidação foi indeferida porque a
989 revalidação é dada com base em duas questões que são cumprimento de condicionantes e
990 relatório de avaliação de desempenho ambiental, nesse caso o empreendimento não cumpriu
991 condicionantes e não teve um bom desempenho ambiental, isso nós pegamos, não foi só um
992 monitoramento e falamos, ah, o empreendimento operou vários anos sem um bom
993 desempenho, não, foram vários monitoramentos, foi a longo de muito tempo então com isso
994 insejou o indeferimento dessa licença, porque a revalidação seria a comprovação aqui de que
995 ele está apto a continuar, então ela foi indeferida essa licença porque nós achamos que é o
996 momento de se começar de novo com uma licença de operação corretiva em que o
997 empreendedor vai ter novos prazos pra adequar tudo que não foi feito até agora, revalidação
998 não é o momento de começar a adequar o empreendimento, então isso que nós entendemos,
999 além disso a questão da poluição causada ao longo dos anos da licença de operação, então por
1000 isso nós entendemos pelo indeferimento dessa licença. SÉRGIO, DNPM – eu estou achando
1001 assim, por exemplo, nós vamos votar aqui, a empresa já não cumpriu, tem esse passado de não
1002 ter cumprido certo, então eu concordo com ele, como que eu voto uma coisa que eu não estou
1003 vendo, eu te pergunto, quais os prazos que vocês colocaram pra ser cumpridas as novas
1004 exigências que estão sendo, quem fez esses estudos para essas exigências, quem garante que o
1005 estado fiscaliza nos prazos, entendeu, então como pode esse grupo votar uma coisa que não se
1006 conhece, eu concordo com a prefeita, com o representante da FIEMG, mas representamos o
1007 estado aqui, representamos o estado, a empresa já não cumpriu e colocam aqui na mesa alguma
1008 coisa que os conselheiros não tem conhecimento, qual prazo, quem estudou esses prazos,
1009 quando que esses fiscais vão lá, porque duas vezes de chance numa empresa que já não
1010 cumpriu, entendeu, representamos o estado, evidentemente que a prefeita representa o
1011 município, o companheiro representa os interesses da FIEMG, mas e os representantes do
1012 estado aqui, é impossível se votar uma coisa que você não conhece. ALEXANDRE SYLVIO
1013 VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – eu queria só fazer umas observações com relações ao
1014 material que eu li aqui nessa última semana, dá pra ver que a questão do descaso é antigo, ele é
1015 desde 2004, de lá pra cá é auto de infração, multas, e eles continuaram a não cumprir, dentro
1016 desse histórico, porque esse empreendimento já passou por três fases distintas né, Cooperativa
1017 primeiro, depois Parmalat e agora a Leite Bom, e nós podemos observar aqui detalhes que
1018 realmente eram básicos, por exemplo, muitas condicionantes elas foram cumpridas atrasadas,
1019 mas foram pelo menos, mas algumas aqui, eu cheguei até a marcar aqui, a estação de
1020 tratamento de esgoto né quando foram vistoriar dos três aeradores só tinha um funcionando,
1021 uma empresa trabalha 400.000 litros de leite por dia, isso é muito complicado, o quê que você
1022 vai estar jogando dentro do nosso Figueirinha, um segundo ponto aqui que eu achei
1023 interessante, que a prefeita falou é a mata ciliar, está aqui, desde 2004, escrever todo mundo
1024 escreve mas na hora de fazer ninguém faz, coisa simples pra ser feita, eu acho que não deve
1025 demandar um custo, e no entanto não foi cumprido, bom, agora nós estamos vivenciando a
1026 terceira fase da empresa que é a Leite Bom assumindo essa empresa, eu fiquei pensando aqui,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

1027 nesses últimos seis anos, ou seja, o grau de poluição dessa empresa nos últimos seis anos,
1028 dentro do Figueirinha, na atmosfera, seja lá pra onde for, há problemática e ela continuou
1029 funcionando, culminando agora com essa mudança, eu acho que tem todo um contexto por traz
1030 disso né, social ou fanista pela própria empresa, por ser característica de Valadares, a própria
1031 marca, mas a empresa nova, ela sabe né, vocês tomaram ciência de que a situação ela é crítica,
1032 e se comprometeram através do TAC a resolver esses problemas, aí gera essa questão da
1033 dúvida como você falou né, puxa, mas tanto tempo já enrolando isso aí e agora, eu não sei, eu
1034 tenho um ponto de vista com relação a isso, eu acho que a mudança, de repente nós temos que
1035 dar um crédito ao novo empreendedor, eu acho que isso é fundamental, mas eu acho o
1036 seguinte, não deve passar desse ponto, um TAC vai ter que ser cumprido integralmente,
1037 qualquer falha nesse meio tempo seria o indeferimento da licença. MARCO ANTÔNIO
1038 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – não mais nós que moramos aqui na cidade a gente
1039 sabe do histórico todo da Cooperativa, então a gente sabe da penalidade de 2004 até 2008
1040 quando era Cooperativa da irresponsabilidade que foi de não ter feito nada, a gente sabe disso
1041 tudo, mas, igual você falou agora no final, dê um crédito ao novo empreendedor e ele acabou
1042 de assinar uma coisa, não é um investimento de imediato isso, isso é uma coisa pra ontem pra
1043 sanar todos os problemas que tem seis anos que estão aqui ou mais, se a gente for ver não deve
1044 ser só seis anos, seis anos que foi feito o estudo de revalidação, lá atrás, e eu chamo mesmo a
1045 responsabilidade porque os anteriores foram irresponsáveis nesse ponto, de deixar chegar a
1046 esse ponto, conforme o Afonso falou das dificuldades todas, mas que procurasse adequar à
1047 medida que sobrasse alguma coisa, e que não foi feito, venderam o parque em 2008, de 2008
1048 pra cá é um pulo, nós tivemos uma crise mundial que afetou o nosso país um pouco, não tanto
1049 o setor alimentício mas afetou, então essa questão da responsabilidade do empreendedor que
1050 ele colocou, a gente acredita que a SUPRAM ela não iria assinar um documento sem as bases
1051 legais para estar assinando esse documento, pra passar pra frente, porque eles estariam
1052 incorrendo de improbidade administrativa no caso, você sabe bem, você é funcionário federal,
1053 sim, sim, mas ela está colocando que um prazo máximo, depois a Isabela pode falar pra gente
1054 que eu acho que não estoura um ano isso, com certeza, que isso nós colocamos, participei de
1055 uma reunião antes também, eu vi que eles conversaram e falaram que não estoura em um ano,
1056 coisa que vem mais de seis anos e com compromisso de que não cumpriu uma vai dobrar e vai
1057 fechar de imediato e é lógico que nós todos aqui presentes vamos cobrar isso, não cumpriu uma
1058 condicionante vai fechar imediatamente. ISAQUES LUZIA NEVES, FEDERAMINAS – olha,
1059 eu acho que é uma questão que tem que pensar realmente com muito carinho porque é o
1060 seguinte, é uma responsabilidade pro estado e pro município muito grande porque esse
1061 empreendimento ele deu errado né, eles deixaram de cumprir durante muitos anos, mas agora
1062 após uma crise mundial tão séria, uma empresa assumi pra fazer um trabalho que já assinou aí
1063 esse TAC né, então é o seguinte, tem que ver, e mesmo porque a gente está falando do rio
1064 Figueirinha, a gente falou tanto da poluição do rio Figueirinha, eu acho que é convidar as
1065 pessoas pra ver o quê que é o rio Figueirinha, eu acho que a poluição que a Cooperativa causou
1066 no rio Figueirinha, ela não causa 1 milésimo do que é a poluição do rio Figueirinha hoje, o rio
1067 Figueirinha é uma vergonha, ir lá hoje é pior que qualquer esgoto, não, não é esgoto não, que
1068 esgoto seria muito melhor que ele, você vê um esgoto a água é muito mais limpa, o Figueirinha
1069 é uma água grossa que já está concentrado, Figueirinha é um esgoto concentrado, então quer
1070 dizer, nós devemos repensar porque essa é uma questão social, uma questão econômica pro
1071 município e que mesmo que a Cooperativa causou problema ambiental, não é tão grande como
1072 problema ambiental que nós estamos tendo no rio Figueirinha, então deve refletir muito bem
1073 sobre a licença dessa empresa e refletir muito mais já que discutiu sobre essa poluição, sobre a
1074 poluição do Figueirinha que está hoje, que isso pra Valadares é uma vergonha, eu não conheço
1075 uma situação tão complexa igual essa do Figueirinha, então a gente pode, temos que olhar essa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

1076 situação da empresa que está começando agora, tem pouco tempo e ela é muito importante em
1077 todos os sentidos para a cidade, então vamos olhar a questão de uma maneira bem global e ver
1078 realmente a importância que está se propondo. PAULO, SUPRAM LESTE – discutiu muito
1079 sobre o processo aqui, o empreendimento entrou com um pedido de revalidação e na análise
1080 dessa ciência, o foco dessa revalidação a gente viu que ele levou uma multa por não cumpriu
1081 essas condicionantes e por poluir, continuou poluindo, onde que gerou esse outro auto de
1082 infração, ou seja, durante os seis anos da licença o empreendimento poluiu com parâmetros
1083 altíssimos, muito acima do que está na legislação, então o primeiro momento agora, a avaliação
1084 dos conselheiros tem que ser por deferimento ou indeferimento da licença, aconteceu uma
1085 multa com embargo da obra, segundo decreto 44.844 o empreendimento pode funcionar se
1086 assinar um TAC, foi o que o empreendimento fez, ele recebeu a multa, foi na SUPRAM,
1087 protocolou um pedido de TAC pra fazer um TAC, pra assim poder continuar funcionando e
1088 principalmente ajustar sua conduta, que é a função do TAC, o TAC a função dele é esse, que o
1089 empreendimento ambientalmente não tenha suas adequações prontas, então o que acontece é
1090 isso, vai ser votada aqui o deferimento ou o indeferimento da licença, que foi feito um TAC, o
1091 TAC tem os prazos dentro dele parra o empreendimento se adequar os efluentes atmosféricos,
1092 as caldeiras, adequar a ETE e o prazo total de tudo com os monitoramentos já todos com os
1093 parâmetros dentro da legislação, inclusive atmosféricos, efluentes líquidos, com empresas
1094 licenciadas pra recolherem os resíduos sólidos, com início do projeto de recuperação de mata
1095 ciliar do Figueirinha, isso tudo vai acontecer nesse prazo de um ano, então basicamente é isso e
1096 lembrar que o que vai ser votado aqui é o deferimento ou indeferimento da licença
1097 basicamente. ROBERTO CÉSAR, DIRETOR DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM – só pra
1098 esclarecimento, talvez eu tenha me expressado mau na hora que eu expressei, o consórcio na
1099 verdade não adquiriu o Ibituruna, o consórcio foi montado numa junção de duas empresas no
1100 intuito de salvar o Ibituruna, o Ibituruna não tinha condições mais de rodar mais uma semana,
1101 então a gente não teve tempo hábil de fazer toda essa análise, a dívida de Ibituruna com
1102 fornecedores, com produtores de leite era imensa, a LAEP não cumpriu as condicionantes por
1103 uma má vontade ou porque não quis, a LAEP não cumpriu porque ela fez uma opção de pagar
1104 os funcionários que até então, até hoje ela manteve em dia apesar de toda a crise, buscando
1105 financiamentos e recursos no mercado pra honrar o compromisso com seus funcionários tantos
1106 próprios como terceiros, então não foi uma compra, a gente não teve tempo hábil realmente de
1107 ter analisado se tinha passível ou não porque a gente conhece o nosso nohau de gestão de
1108 empresas e a gente tem a confiança de que a gente vai sim fazer desse empreendimento uma
1109 referência, então foi isso, o consórcio foi montado rapidamente em 20 dias num tempo record,
1110 eu já tive a oportunidade na minha vida de participar de três grandes fusões, Broma e Antártica,
1111 Ambeve e esse caso foi um caso talvez o primeiro também no país e na história do mundo em
1112 que duas empresas com o potencial que tem em 20 dias pra não parar as quatro fábricas da
1113 LAEP se montou esse consórcio no intuito de captar recursos que a gente até agora conseguiu
1114 porque não parou estamos rodando e estamos pagando, voltamos a pagar os fornecedores,
1115 voltamos a pagar os produtores, a gente não tinha mais um produtor dos 3.000 em situações
1116 muito críticas no campo, a gente foi lá e conseguiu negociar, já estou, então desculpe
1117 conselheiro, só esclarecendo conselheiro que não foi numa aquisição, numa compra, o
1118 consórcio foi montado no intuito de dar continuidade da fábrica porque uma fábrica de láteos
1119 depois que para os aspectos ambientais são muito piores, você não consegue parar a vaquinha
1120 lá de dar leite, então os aspectos são muito hábeis, então a gente tinha que fazer alguma coisa
1121 muito rápido, e a credibilidade do nosso patronal lá que é o GP mais a Leite Bom a
1122 credibilidade que tinha rapidamente a gente conseguiu recurso pra dar continuidade na
1123 operação, e aí aproveitando, só um minuto e meio que eu tenho, o estudo foi feito o seguinte,
1124 LAEP já tinha contratado uma consultoria externa e aí foi montado um estudo aí de



1125 praticamente um estudo muito bem feito e foi inclusive protocolado na SUPRAM onde eu
1126 também tive toda ciência disso que eu não ia colocar eu como diretor operacional, estar aqui na
1127 frente de todo mundo e dizer, oh, nós vamos fazer, na garantia o seguinte, nós não vamos fazer,
1128 a minha idéia nós vamos cumprir os requisitos legais, porque o estudo, tanto a minha área
1129 técnica que está aqui, nós somos a única empresa de lactos que tem um profissional
1130 corporativo voltado e dedicado só a isso, está me garantindo que o estudo de uma consultoria
1131 externa conceituada disse que se eu fizer vai trazer e vai dar resultado, eu estou concluindo,
1132 não deixei isso, eu procurei a Maria Helena e falei, eu preciso que a sua área técnica concorde
1133 com isso também pra mim dizer lá na frente de todo mundo que o TAC vai ser efetivo, não
1134 simplesmente por assinar e a área técnica fez esse estudo, analisou o estudo e analisou as
1135 nossas propostas, então vai ser efetivo, desculpe presidente, passei os dois minutos. ELISA
1136 COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES – grande parte das falas dos nossos
1137 conselheiros tem razão pelo passivo ambiental proporcionado ao longo desses seis anos, eu
1138 acho que está todo mundo coberto de razão da reflexão ambiental, não podemos agravar mais o
1139 problema com o social e econômico que poderá advir de uma paralisação ou de fechamento
1140 dessa indústria dada gravidade da necessidade da nossa cidade, da nossa região, mas eu quero
1141 também registrar primeiro, acreditando que o TAC assinado tem força de lei e de
1142 responsabilidade pra ser cobrado e, mais ainda, independente apenas desse grande Fórum aqui,
1143 a nossa cidade também vai acompanhar com certeza através das secretarias do nosso
1144 município, do meio ambiente que também tem o papel de fiscalizar, nós vamos estar
1145 acompanhando também diretamente o cumprimento dessas condicionantes, especialmente em
1146 temas que diz respeito a estação de tratamento de esgoto, a mata ciliar e já estamos começando
1147 a coletar o esgoto para as ETE's que já vamos iniciar a primeira agora, se inicia no mês de
1148 agosto, a segunda assim que liberar os recursos federais, os projetos, nós queremos recolher e
1149 fazer o nosso, se não 100% pelo menos 95% do esgoto tratado, é o nosso objetivo claro dessa
1150 gestão né, é retirar todo o esgoto principalmente do Figueirinha pra que a poluição ela possa
1151 realmente acabar, então eu quero registrar aqui é, que quando assina um TAC de público aqui
1152 está gravado por todos nós esse compromisso, eu quero apostar que esse compromisso está
1153 sendo firmado com a responsabilidade ambiental que exige de todos nós acompanhar
1154 diretamente né, então eu também quero apostar nisso que está sendo dito aqui e que está sendo
1155 assumido pra que a gente possa efetivamente e mais ainda, eu acho muito importante que a
1156 empresa possa expandir no município, gerar mais empregos ainda e por essa razão mais
1157 responsabilidade ambiental e social com a nossa cidade, nossa região, especialmente com os
1158 pequenos, médios e grandes agricultores e produtores rurais do nosso município para o
1159 desenvolvimento também do campo e da cidade, então deixar esse registro aqui de que eu acho
1160 que no meu entendimento a gente deve dar um voto de confiança nesse processo que está sendo
1161 construído aqui e acompanhar nessa aposta que eu acredito que ela vai se realizar, obrigada.
1162 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – além desse acompanhamento
1163 do município, ao qual eu sou vice-presidente do CODEMA, o CODEMA também vai estar
1164 verificando esses passo a passo da empresa e da sua responsabilidade, a Federação das
1165 Indústrias, escutei muito do meu ex-presidente, o atual também já fala isso, Dr. Robson falou
1166 que aqui nós estamos pra defender aquela empresa que quer andar corretamente e vai ser
1167 correta ambiental, tributária e trabalhista, nós não estamos aqui pra defender um empreendedor
1168 que seja bandido nesse ponto e a gente sabe da seriedade desse grupo, porque senão esse grupo
1169 não estaria nem com ativos na bolsa de valores, então a gente sabe a dificuldade que é pra
1170 entrar dentro desse círculo, pra captação de recursos também, além do desequilíbrio
1171 socioeconômico teríamos o ambiental também, porque nada, nada são 400.000 l/dia, aonde que
1172 nós iríamos jogar os 400.000 litros, provavelmente o produtor rural ia jogar no terreiro dele
1173 aonde tem um lençol freático embaixo, ribeirão perto, um rio perto e o desastre ambiental



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

1174 também seria enorme e, só completando uma coisa que você formular um termo de
1175 ajustamento de conduta não quer dizer que você está liberado pra trabalhar, pra colocar sua
1176 fábrica em operação, não existe isso, isso como se diz, é lenda, se você não tem sua licença
1177 ambiental você firmou um termo de ajustamento de conduta não quer dizer que você pode
1178 operar, você tem que paralisar, você está em desacordo, é crime ambiental operar sem licença
1179 ambiental, fechamento imediato, termo de ajustamento de conduta não dá essa condição ao
1180 empreendedor é claro isso, é meu entendimento também, e eu sei que é o entendimento do
1181 Ministério Público também, sendo que, aí é que eu falei, eu solicito, vou solicitar na hora que
1182 nós formos votar eu quero pedir pela, reverter para o deferimento dessa licença, por causa
1183 desse problemas, ele não tem essa garantia na segunda-feira de estar trabalhando não, é legal
1184 isso, isso é ordem legal, todo mundo sabe disso, então a gente tem que ter muito cuidado
1185 porque senão ele pode estar incorrendo na segunda-feira de chegar lá e ser fechado. LUIZ
1186 GERMANO, INSTITUTO PRO-RIO DOCE - boa tarde conselheiros, eu acredito que o
1187 fechamento de uma indústria dessa, ele não vai diminuir nada a carga poluidora do córrego
1188 Figueirinha, talvez uma oficina mecânica que tenha lá próximo ao córrego Figueirinha que tem
1189 uma ligação de esgoto clandestino que jogue um litro de óleo, o muito pouco por dia no
1190 córrego polui muito mais que a indústria, a questão da carga da poluição no ar, se fechar a
1191 indústria não vai mudar em nada o ar de Valadares, nós não temos indústria nenhuma, então é,
1192 eu sou engenheiro sanitário, dentro do conhecimento pequeno que eu tenho de engenharia, eu
1193 gostaria de falar o seguinte, eu prefiro acreditar que um TAC de uma empresa séria assinado
1194 com a SUPRAM, eu prefiro acreditar que no futuro ele vai ser realizado, nós tenhamos um
1195 ganho ambiental, que simplesmente fechar uma indústria daqui a alguns meses vem uma outra,
1196 ocupa o mesmo espaço, teremos os mesmos problemas e não resolveu nada, então a indústria
1197 está apenas a quatro meses, trouxe uma proposta, acredito que seja séria, foi assinado um
1198 documento que é muito sério, eu quero crer, tenho certeza disso, é muito melhor um
1199 entendimento hoje pra continuar funcionando e cumprir o TAC no prazo que foi determinado,
1200 a minha opinião é essa, obrigado. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE
1201 NORTE MINEIRO – senhor Raimundo, o senhor desculpa a demora aí, mas. RAIMUNDO
1202 RODRIGUES PEREIRA, FAEMG – estou aqui para de certa forma dizer que nós do setor
1203 agropecuário estamos realmente muito envolvidos na questão ambiental e eu não vou falar aqui
1204 em aspectos técnicos, mas eu gostaria apenas de atuar na área do bom senso que eu espero que
1205 todos os companheiros evidentemente pelas manifestações estão caminhando nessa direção,
1206 mas eu gostaria apenas de realçar aqui o fato de que o elemento, devemos estar empenhados na
1207 questão ambiental, mas o elemento principal, não é secundário, é principal, é o elemento
1208 humano, milhões de anos se passaram para que houvesse condições para se colocar aqui na
1209 terra o elemento humano, então esse é o elemento humano principal, Marco Antônio, não se
1210 trata de 30.000 pessoas que serão atingidas, são centenas ou milhões de pessoas, que um
1211 fechamento de uma indústria como esta vai atingir, vai refletir na vida de milhões de pessoas e
1212 pessoas da região, e eu fico pensando que talvez estejamos aqui montando um cabra falso,
1213 cordinha pendurada, a alça bem feita, e o pescoço nosso sendo colocado ali, não é pescoço de
1214 Governador Valadares não, é da região, a minha colocação é pra gente pesar o que é mais
1215 importante o meio ambiente na concepção ou o elemento humano, eu venho aqui para defender
1216 a pessoa humana dos produtores rurais, de suas famílias e da comunidade regional como um
1217 todo e eu creio no bom senso dos companheiros, muito obrigado. LAÍS FONSECA DOS
1218 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – senhores conselheiros, eu só gostaria
1219 de levantar um impasse aqui o seguinte, o que eu estou percebendo, desculpe a minha
1220 franqueza, mas o que está acontecendo é o seguinte, o parecer da SUPRAM Leste Mineiro ele
1221 está pontuando todo o mau desempenho que o empreendimento provocou ao meio ambiente,
1222 então o que está em julgamento é a avaliação do desempenho ambiental do empreendimento e



1223 vocês estão distorcendo um pouco aqui que o que está sendo julgado é o crédito ao novo
1224 empreendedor, então vocês me desculpem, mas eu gostaria de trazer o foco para o desempenho
1225 do, porque nós não estamos julgando uma licença a ser concedida, o que está em análise e
1226 apreciação é o desempenho do empreendimento na vigência da licença dele, nós fugimos
1227 totalmente do foco, vocês me desculpem a franqueza. Bem vindo, é ótimo o senhor poder
1228 tomar, consertar esse empreendimento, firmou um TAC né, que vai dar embasamento pro
1229 senhor adequar, mas não existe licença PCA e RCA em julgamento aqui não, é o desempenho
1230 do empreendimento que está em pauta, Isabela. AFONSO LUIZ BRETAS, FAEMG – pra
1231 mim, senhora presidente, está tudo muito claro, nós estamos julgando aqui o comportamento da
1232 empresa do ponto de vista ambiental, porém este julgamento está sendo envolto em toda uma
1233 questão social e econômica, o que foi explanado aqui é o seguinte, que a situação em que pé
1234 que isso aí chegou ao longo de toda essa explanação né, então após isso aí nós já temos
1235 também um TAC já, essa avaliação que está aqui foi feita antes do TAC, após isso aqui já foi
1236 feita um TAC, ou seja, a empresa já está disposta, já dispôs, já assinou com a SUPRAM esse
1237 TAC então até entendo que por exemplo hoje, ao julgarmos esse licenciamento nós já temos
1238 uma atenuante que é um TAC, o TAC digamos, vai nos facilitar dizer o seguinte, podemos
1239 liberar porque já tem um TAC e ela terá que cumprir, se ela não cumprir ela vem ao
1240 fechamento né, então eu agora até não queria falar sobre isso, eu queria falar de ponderação, a
1241 ponderação que eu digo é o seguinte, nós já estamos a mais tempo de casa aqui passamos por
1242 outras experiências né, Marco Antônio, eu queria citar aqui o seguinte, em uma ocasião estive
1243 aqui também uma empresa de um porte bastante inferior e estava pra ser fechada e o pessoal
1244 dos técnicos amarraram dizendo que ela tinha outros postos de gasolina e que nesses outros ela
1245 tinha feito toda a adaptação né, a gente conhecia a situação econômica e financeira do pessoal,
1246 é um empreendimento de família e a gente também sabia que o valor em cruzeiros, em reais
1247 pra se fazer uma adaptação no posto não é pequeno, então ela estava pra ser fechada, 27
1248 famílias iam deixar, iam perder seus empregos, o conselho agiu com bom senso e não permitiu
1249 que se fechasse, a empresa cumpriu o que tinha o que ser cumprido, o meio ambiente ficou
1250 satisfeito por isso e ainda gerou mais empregos que foi aquele na área da construção que ela
1251 executou, os próprios técnicos da SUPRAM na ocasião fizeram aqui uma apresentação da
1252 reforma do posto, então eu acredito que hoje nós estamos numa situação similar, semelhante,
1253 então eu acho que não tem muito mais do que discutir, acho que nós todos já estamos com
1254 ponto de vista formado, acho que nós devíamos era votar essa situação. CLÁUDIO DE
1255 PAULA BATISTA, IBAMA – todos os pontos focados aqui são muito importantes e não
1256 podem ser desprezados, nós não estamos aqui pra julgar um passado só, nós estamos aqui pra
1257 julgar principalmente o futuro, ou nós damos credibilidade à SUPRAM, à sua capacidade
1258 técnica de fazer um TAC e amarrar para o que aconteceu não ocorra com a nova empresa ou
1259 saímos daqui, então nós temos que votar e votar pensando que a SUPRAM é capaz, que a
1260 empresa que se formou vai cumprir o que está ali porque é pesado, eu tinha um problema da
1261 garantia de que se faria os trabalhos necessários a despoluição, a ETE, que se cuidaria do meio
1262 ambiente, a minha preocupação era essa, mas ao ver que existe um prazo e curtíssimo com um
1263 investimento elevado e muito elevado, considerando o leite e principalmente isso, o custo do
1264 leite, eu acredito que nós não tenhamos que pensar muito no que foi feito no passado, acredito
1265 que nós temos que dar um voto agora de deferimento também e de confiança no que está sendo
1266 feito, é essa a minha colocação e acredito que todos nós estamos bem cientes do problema que
1267 estamos tendo aqui e da gravidade da situação e da nossa responsabilidade, social, social
1268 humana, social financeira que vai se envolver muita gente e sobretudo como nós estamos nos
1269 sentindo capazes de entender ou não o que realmente está sendo votado aqui, eu também
1270 endosso e peço pelo deferimento dessa licença. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
1271 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – conselheiro, com toda licença, o antecessor



1272 apresentou um RCA e um PCA do empreendimento e obteve uma licença ambiental, PCA e
1273 RCA que o atual empreendedor desconhece porque foi o outro que teve a licença ambiental
1274 para o empreendimento, não é assim que acontece. ROBERTO CÉSAR, DIRETOR DE
1275 OPERAÇÕES DA LEITE BOM – pela lógica sim, eu tenho conhecimento pelo estudo técnico
1276 que nós contratamos tem agora. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE
1277 NORTE MINEIRO – o senhor já tinha conhecimento desse passivo, o que eu estou querendo
1278 mostrar para os senhores que não há um projeto, o TAC não está em discussão, o TAC foi
1279 firmado com a SUPRAM no sentido de que aqueles pontos que ele deve imediatamente
1280 proceder a adequação, isso aí ele já propôs, ele vai fazer, agora, o que eu estou querendo
1281 mostrar pros senhores que a nossa obrigação é esclarecer aos senhores que o que está em pauta,
1282 não existe licença em julgamento, não existe um projeto que ele apresentou que esteja em
1283 julgamento, conselheiro, o que está em pauta é a revalidação da licença do empreendimento,
1284 não existe a pontuação, ele teve bom desempenho, o que está em pauta é isso, então nós não
1285 estamos cometendo injustiça ou irresponsabilidade de não revalidar, porque vai continuar
1286 funcionando agora com comprometimento de adequação imediata, dá uma revalidação pra ele,
1287 ele tem responsabilidade com esse passivo que ele encontrou, não foi ele que provocou este
1288 passivo, ele simplesmente leva o ônus e o bônus nessa compra, mas o senhor dá uma
1289 revalidação de que teve, o senhor está() a favor de revalidar uma licença assumindo que a
1290 interpretação dos senhores é que ele teve bom desempenho, ele merece a revalidação dessa
1291 licença, é esse o comprometimento. (NÃO SEI QUEM FALOU) só pra deixar bem claro,
1292 vamos ver se eu entendi, vai ser votado uma revalidação, ele vai operar com revalidação certo,
1293 está correto, existe o interesse econômico que ninguém discute aqui pro município né, os vários
1294 interesses sociais aqui, agora, o que está se discutindo aqui, os conselheiros, eu concordo com a
1295 presidente, que os conselheiros irão votar certo, eu sou até a favor que revalide, mas vão votar
1296 sem conhecimento do TAC, isso ninguém tira, foi assinado um termo certo, mas não temos
1297 conhecimento do que está escrito no TAC. ISABELA, SUPRAM LM – o TAC prevê
1298 exatamente que seja todos os parâmetros, que esteja todos os parâmetros dentro da legislação
1299 vigente e no prazo de doze meses no máximo e que seja, que o empreendimento pague a multa
1300 em dobro caso de descumprimento, o TAC é título executivo então o não cumprimento por isso
1301 a SUPRAM agiu dentro da legalidade porque esse é um documento que pode e será executado
1302 caso não seja cumprido, mas é importante lembrar o quê, o empreendedor não cumpriu
1303 requisitos necessários para uma revalidação de licença, isso não existe, o empreendedor pode ir
1304 segunda-feira à SUPRAM e entrar com novo processo de licenciamento e ele vai obter a
1305 licença de operação corretiva, pra isso, isso sim ele pode recorrer a SUPRAM e nós vamos com
1306 certeza, se os projetos forem feitos dentro dos padrões conceder essa licença, tenho certeza que
1307 o COPAM também faria isso, agora, requisitos para revalidação de licença não foram
1308 cumpridos, não tem sequer uma condicionante cumprida dentro do prazo, não tem padrões
1309 dentro da legislação ambiental vigente, está tudo fora dos padrões, foram anos de poluição,
1310 então quer dizer, porque o Figueirinha está poluído nós vamos aceitar que seja lançado mais
1311 uma fonte de poluição sem controle, eu acredito que não. ISAQUES LUZIA NEVES,
1312 FEDERAMINAS – olha, tem uma discussão na realidade o seguinte, parecendo confuso, mas a
1313 questão que nós estamos discutindo realmente é o futuro, porque na realidade o empreendedor
1314 necessita dessa revalidação pelo que eu entendi pra que dê continuidade a planta, então o que
1315 nós estamos discutindo na realidade é o futuro, quer dizer, o TAC ele reforça a necessidade do
1316 empreendedor de mudar e readequar, o empreendedor assumiu uma empresa há 120 dias, nós
1317 temos que ter uma consciência aí que nós estamos julgando o futuro, que o passado, quem fez a
1318 situação no passado realmente causou grandes danos e nós estamos querendo é o futuro,
1319 intensa revalidação, o TAC está garantindo que ele cumpra toda a legislação, que não polua
1320 mais, quer dizer, com isso ele não vai poluir mais, então nós precisamos dar esse voto, ele foi



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

1321 penalizado com uma multa alta, então nós precisamos dar um voto de confiança pro
1322 empreendedor, o empreendedor veio pra município, pra investir no município para nos socorrer
1323 de grandes coisas e está disposto a mudar o passado sombrio de poluição, então quer dizer, é
1324 uma questão realmente clara, então ele precisa da revalidação, pra ele pegar o financiamento,
1325 acabar com a poluição e continuar mantendo os empregos e o prazo de um ano, então quer
1326 dizer, o radicalismo de querer parar, de não dar licença pra ele recomeçar uma coisa toda do
1327 zero, pra quem é empreendedor aí sabe, a vida não é assim, a gente não consegue parar uma
1328 situação sem o dinheiro, não vai conseguir, então o prejuízo é maior, a poluição é maior, então
1329 o que a gente tem que visualizar é do ponto de vista do futuro, o empreendedor não vai poluir,
1330 o empreendedor vai corrigir a poluição, as mazelas do passado e ele vai manter a empresa,
1331 manter o emprego e não manter meio ambiente, é tirar a poluição, melhorar o que já foi feito
1332 no passado. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO –
1333 senhores, eu acho que a gente já pode colocar. ODÚLIO MARENSI DE MOURA, SIND. DOS
1334 GEÓLOGOS – eu acho que todos estão corretos, todos sabem exatamente o que estamos
1335 votando, mas fica muito claro pra mim é o atraso de tudo isso, quer dizer, de 2004 pra cá nós
1336 dormimos, não fizemos nada e a poluição não é de 2004 quando foi essa infração aí e tudo
1337 mais, já veio muito anterior, ela já vinha tendo poluição entendeu, e nunca foi feito nada, eu
1338 acho que esses empreendimentos que nós temos aí na cidade, quando se vê o Figueirinha está
1339 poluído, é tão fácil os órgãos competentes olharem da onde vem essas poluições e porque que
1340 não se executa esses empreendimentos que estão trazendo essa poluição, então nós demoramos
1341 demais, agora não adianta nós quisermos recuperar o que foi poluído em 2004, 2005, isso já
1342 são águas passadas, essa é a grande verdade, entendeu, então nós temos que nos preocupar com
1343 o futuro, agora, o futuro, veja bem, como a Dra. nos informou o TAC corrige o passado, ela
1344 está como uma correção dessa multa né, e agora o futuro como será, esse TAC vai premiar, vai
1345 resolver os problemas futuros, essa é a minha pergunta inicial, o quê que tem nesse TAC, esse
1346 TAC substitui, nós podemos votar com tranquilidade, o que está acontecendo na realidade.
1347 LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – conselheiro,
1348 geralmente a nossa praxe é as cláusulas do TAC elas são praticamente aquelas condicionantes
1349 que ele descumpriu, que são as ações imediatas, agora, nós não temos um plano PCA e RCA da
1350 atividade a ser exercida por ele, o órgão ambiental não tem conhecimento, então se ele entrar
1351 com licenciamento corretivo, nós vamos ter conhecimento do PCA e RCA dele, das propostas
1352 e ações mitigadoras, revalidando conselheiros não teremos, então nós temos que dar
1353 embasamento pros senhores, então acho que nós vamos colocar já em votação e só gostaria de
1354 lembrar uma coisa aqui, a recomendação da equipe técnica é pelo indeferimento, quem estiver
1355 de acordo com o parecer técnico da SUPRAM permaneçam como está, eu falei que o parecer
1356 técnico da SUPRAM Leste recomenda o indeferimento, quem estiver de acordo com o parecer
1357 da SUPRAM permaneça como está, conselheiros, conselheiros, a recomendação da equipe
1358 técnica da SUPRAM é pelo indeferimento, vocês estão a favor do indeferimento, então, o
1359 senhor está contrário ao parecer da SUPRAM, então levanta o braço conselheiro, a gente tem
1360 que mudar, tem que sair da mesmice, entendeu, agora eu peço, agora eu peço o apoio da equipe
1361 da SUPRAM pra colocar, pelo jeito vai ser pelo deferimento, nós precisamos definir, diretora,
1362 o prazo a ser concedido, então, quem está de acordo com a revalidação da licença permaneçam
1363 como estão, Andréia, qual o prazo de validade a ser concedido? ANDRÉIA, SUPRAM LESTE
1364 – o prazo de validade pra revalidação de licença, existe na legislação específica que é um prazo
1365 de quatro anos né, então, nós não temos condições agora nesse momento de avaliar qual foi o
1366 nível de autuação que ele teve pra diminuir ou dar o mesmo prazo, outra questão importante, o
1367 cumprimento do TAC, o TAC tem o prazo de um ano, nesse uma ano nós temos todo um
1368 controle que vai ser executado e depois desse ano vencido qual vai ser o controle que a
1369 SUPRAM vai continuar fazendo, monitoramento, não vai ter nada porque no TAC, o TAC ele



1370 tem o prazo de um ano, ele vai adequar o empreendimento e apresentar no final de tudo um
1371 monitoramento comprovando que ele está adequado e depois desse ano se o prazo for maior do
1372 que um ano, qual vai ser o nosso controle. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
1373 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – o prazo, ele não pode ser menor que um ano, o
1374 prazo mínimo da LO é quatro anos, não pode ser menor que quatro anos, eu não posso, o prazo
1375 mínimo é quatro, se ele fosse seis eu poderia diminuir dois, então seria o quatro anos o prazo
1376 mínimo para revalidação. ANDRÉIA, SUPRAM LESTE – então nós sugerimos que se o prazo
1377 por lei são quatro anos, então vamos colocar condicionantes para que a gente consiga fazer
1378 outros controles que não estão no TAC, fazer isso hoje aqui não é possível, então a gente pode
1379 trazer na próxima pauta um trabalho mais cuidadoso em relação a outros itens que não estão
1380 constando no TAC, a gente pode inclusive nesse parecer citar o que está no TAC pra
1381 conhecimento dos conselheiros e colocar novas condicionantes, incluindo monitoramento,
1382 programa educação ambiental, outros programas que a gente acha pertinente. ELISA COSTA,
1383 PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES – essa fala da Andréia ela devia até ter
1384 precedido a nossa votação né, mas assim, é, eu penso que esse prazo que está sendo concedido,
1385 inclusive aqui avaliado pelo COPAM eu entendo que é o prazo último de um ano, de um ano,
1386 eu entendo assim, neste um ano apesar da legislação permitir, mas eu acho que o acordo aqui é
1387 que trabalhe por um ano, eu compreendo que deve ser observado isso, o município vai
1388 observar e vai acompanhar e com certeza a SUPRAM, nesse sentido. CAPITÃO FERNANDO,
1389 POLÍCIA MILITAR – na realidade nós tivemos toda uma discussão aqui, eu nem quis dar a
1390 minha opinião porque eu já vi que todo mundo tinha entendido e percebido, só que alguns
1391 estavam votando que são social, econômica, até emotiva e tal, nós já tivemos uma aula aqui do
1392 direito quais seriam os critérios pra gente votar, que a responsável pelo setor jurídico, a Dra.
1393 comentou ali que seria cumprimento de condicionantes e desempenho ambiental que a gente
1394 estaria votando, a votação já foi fora da legislação, então eu acredito que colocar um ano aí que
1395 é o mesmo do TAC ali seria viável, uma vez que a votação já foi totalmente fora dos critérios
1396 pra revalidação de licença, um ano será que. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
1397 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – critérios, mas será que a legislação não nos dá
1398 oportunidade na LO são prazos fixos de quatro ou seis anos, agora, pra LP e LI é que os prazos
1399 são definidos até seis anos, até quatro, tem essa flexibilidade pra LP e LI e a LO a legislação
1400 não faz flexão. CAPITÃO FERNANDO, POLÍCIA MILITAR – eu entendi aí a questão da
1401 legislação, dos prazos e tudo, só estava comentando com relação aos critérios que são
1402 realizados na votação, só continuar os mesmos critérios, a típico e deixar um ano. MARCO
1403 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – eu entendo, nós temos o
1404 comprometimento dele estar fazendo os cumprimentos, eu sei o problema da equipe técnica,
1405 ela tem distribuir isso ao longo dos quatro anos da licença, só tem que você vai diminuir isso
1406 pra um, que é o entendimento que todos os conselheiros tomaram e foi o comprometimento
1407 aqui apresentado, agora, o monitoramento seu vai ser mais curto, mas em compensação vai ser
1408 em cima da obra que eles vão estar realizando, nós temos períodos de chuvas que já está pra
1409 chegar, então, você vai ter que ver Andréia, não é minha praia isso, mas acredito que cada
1410 etapa do TAC ali que ele tem que cumprir que é uma condicionante, tecnicamente você vai ter
1411 que ver como que você vai monitorar a partir daquelas adequações que ele tem que fazer,
1412 acredito que seja assim, o que foi firmado foi o que todos conselheiros entenderam, você vai
1413 diminuir os quatro, quer dizer, o educação ambiental você pode colocar ao longo da licença
1414 mas os monitoramentos e outras coisas você vai ter que ver um prazo plausível com as
1415 adequações que eles tem que fazer, com os equipamentos que ele tem que comprar, você sabe
1416 que eles tem licitação dentro da empresa, lógico que eles vão ter que fazer cotação, entrega do
1417 equipamento, instalação, isso tudo, eu acho que é um trabalho árduo que vocês vão ter, tanto
1418 vocês como eles né, mas é tentar, não é minha praia, engenharia não é minha praia, mas



1419 acredito que seja isso. ISAQUES LUZIA NEVES, FEDERAMINAS – o gente, deixa eu falar
1420 aí porque a minha fala, eu não tenho costume falar em público, então a questão emocional não
1421 é do processo é de falar em público né, que não é minha praia e eu acho que a questão toda do
1422 acompanhamento aí, é lógico que a preocupação nossa com o meio ambiente é muito grande,
1423 tão grande como a social né, isso é uma questão bem nítida e eu acho que o acompanhamento
1424 da equipe técnica, quer dizer, se a empresa não mudar o que vinha fazendo, eu acho que tem
1425 toda uma autorização, quer dizer, pra multar e ter todo um comportamento de
1426 acompanhamento, então nós estamos dando um novo crédito pra essa nova empresa e estamos
1427 também, mas dando um crédito vigiado, eu acho que o município vai vigiar e também o estado
1428 e todos os órgãos vão vigiar, nós não estamos dando para a empresa uma carta aberta né, pra
1429 fazer o que quiser não, muito pelo contrário, nós estamos dando uma oportunidade, mas que
1430 vai ser vigiado por todos os órgãos. MARIA HELENA, SUPRAM LESTE – gostaríamos de
1431 colocar bem claro para todos os conselheiros, pra todos aqueles que aqui estão que o papel da
1432 SUPRAM é exatamente dar suporte ao conselho e esse suporte, ele vai ser garantido no
1433 monitoramento do TAC que nós assinamos com o empreendedor assim como também vamos
1434 dar suporte ao voto de confiança que o conselho está concedendo a esse empreendedor, essa é a
1435 nossa função e esse é o nosso objetivo, em momento algum a SUPRAM vai descuidar do seu
1436 objeto que é fiscalizar, monitorar e garantir a qualidade ambiental, então estejam certos
1437 senhores conselheiros que o papel da SUPRAM será feito totalmente de acordo com aquilo que
1438 aqui foi votado, nós assinamos um TAC com esse empreendedor, TAC esse que vai ser
1439 monitorado dia e noite e em qualquer momento que a SUPRAM entender que não está sendo
1440 cumprido esse TAC, ele é cancelado, ele é caçado, o empreendedor é advertido, multado e o
1441 empreendimento fechado, então é bom que todos saibam que esse TAC não é um TAC de
1442 brincadeira, ele está previsto na ação civil pública então nós temos respaldo legal pra fazer esse
1443 TAC, assim como também uma obrigação de vigiar esse TAC, isso vai ser cumprido como nós
1444 estamos cumprindo com outros TAC's que nós firmamos, então a obrigação da SUPRAM
1445 sempre foi feita tanto assim que eles foram autuados, foram multados e como é lei eles também
1446 tiveram o direito de assinar um TAC, então não pense senhores conselheiros que a SUPRAM
1447 irá descuidar de sua obrigação em momento algum, muito obrigada. ROBERTO CÉSAR,
1448 DIRETOR DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM – presidente, eu saio daqui então só com
1449 entendimento, que eu saio com a licença legal de quatro anos, eu tenho um TAC com as
1450 prerrogativas de um ano e aí nós vamos fazer condicionantes dos próximos três anos, correto,
1451 que eu fiquei meio confuso, desculpe. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
1452 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – o que ocorre é que o prazo de validade da licença
1453 revalidada pelos senhores conselheiros é de quatro anos, mas o seu prazo de adequação é de
1454 um ano firmado no TAC, a adequação, monitoramento, certo, vai ter que pegar o quê, as
1455 condicionantes que foram impostas na primeira licença, exato. ROBERTO CÉSAR, DIRETOR
1456 DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM – aí eu vou ter um monitoramento dos próximos três anos,
1457 ok, entendi, desculpe. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE
1458 MINEIRO – então vamos passar para o **item 10 . Processo Administrativo para exame de**
1459 **Prorrogação de Prazo para Atendimento de Condicionante da Licença de Instalação:**
1460 **10.1 Arcelormittal Brasil S.A. – Arcelormittal Monlevade / Siderurgia e elaboração de**
1461 **produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa – João**
1462 **Monlevade/MG - PA/COPAM/Nº 00023/1986/057/2008 – Classe 06 – Apresentação:**
1463 **Supram Leste Mineiro.** ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – eu
1464 queria fazer uma observação rápida aqui no item 2.2 que fala aqui, considerando que os
1465 estudos sobre a pluma de dispersão das fontes, de emissões atmosféricas geradas, pelas
1466 instalações atuais e futuras apresentada pelo RIMA são dados meteorológicos coletados pelo
1467 estudo do IBGE, na realidade o IBGE não fornece as informações né, meteorológicas não, são



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

1468 mais o INMET, Instituto Nacional de Meteorologia, tá ok. MARIA APARECIDA, SUPRAM
1469 LESTE – está pertinente a sua colocação. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA,
1470 UNIVALE – ok, a segunda questão é que eles alegam aqui que o estudo climatológico eles
1471 precisam de 12 meses, então só pra fazer um ajuste porque na realidade estudo climatológico,
1472 você não faz com informações que ainda vão vir, você faz com informação que já foi, elas são
1473 dados históricos, na realidade que se trabalha pra poder você ter idéia de direção de vento,
1474 choca, evapotranspiração, e tudo mais. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – sobre a sua
1475 colocação, essa condicionante foi dada 120 dias quando da licença, então eles pediram essa
1476 prorrogação justamente pra fazer esse levantamento, que seria de um ano no caso, pra ter esse
1477 estudo completo. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – mas eles estão
1478 pedindo uma prorrogação pra coletar mais dados. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE –
1479 não, não, já é pra apresentação do relatório final. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA
1480 COSTA, UNIVALE – já é o fechamento, então eles ficaram 12 meses coletando informações.
1481 MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – sim, um mês já só pro relatório final.
1482 ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – tá, então eles vão mostrar dados
1483 informativos desses doze meses. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – dos estudos que
1484 eles teriam que apresentar. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – tá,
1485 mas a coleta foi feita de anos anteriores. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE –
1486 exatamente, eles vão me apresentar esses estudos agora. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA
1487 COSTA, UNIVALE – ok, a leitura aqui dava impressão que eles iriam coletar as informações
1488 ainda para fazer. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – não, eles fariam esse
1489 levantamento nesse prazo. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – só um
1490 segundo ponto aqui na página 2, item 3, a condicionante 5, baseado nos valores de emissão de
1491 material particulado, e dióxido de enxofre em que a estimativa futura de emissão desse
1492 poluente será acréscimo de 317% e 571% de dióxido de enxofre, considerando problema do
1493 dióxido de enxofre na atmosfera, aí vou voltar pro empreendedor, aumento de 572 de 71% é,
1494 vocês já fizeram esse estudo do impacto, chuva ácida, questão próprio da população.
1495 MARCOS VINÍCIOS, DA GERÊNCIA COORPORATIVA DA ARCELORMITAL
1496 MONLEVADE – em relação a sua pergunta, o empreendimento está localizado no região
1497 completamente um pouco afastada da cidade né, se você conhecer João Monlevade, o centro
1498 industrial está fora do empreendimento, então esse prazo que nós pedimos de mais 30 dias, o
1499 estudo já está em andamento, ele se encerra agora dia 30 de julho, foi justamente pra
1500 complementar, consolidar dado de engenharia pra realmente chegar nas suas conclusões em
1501 relação a esse processo, tá, então nesse momento com o advento da crise financeira nós
1502 tivemos que reduzir a capacidade das instalações, foi feito um redimensionamento nos projetos
1503 de engenharia, por isso desse apoio, desse ajuste né, nesse período de 30 dias aí, em relação a
1504 esse processo, o que eu posso te assegurar é que apesar de termos um aumento considerável
1505 como você foi colocar em 300% isso não está aferindo os limites legais estabelecidos pela
1506 legislação. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO –
1507 satisfeito conselheiros, mais nenhuma pergunta, então vamos colocar em votação, quem estiver
1508 de acordo com a prorrogação da condicionante permaneçam como estão, APROVADA a
1509 condicionante, prorrogação de prazo da condicionante. Próximo item 11, queria fazer uma
1510 proposta pros senhores, como se trata de prorrogação de prazos pra atendimento de
1511 condicionante de licença de operação considerando que a SUPRAM recomenda, concorda com
1512 o pedido do empreendedor que é deferimento, eu sugeria julgar isso em bloco, somente que,
1513 tem uma correção que foi solicitada pela SUPRAM o destaque 11.3 pela diretora Andréia, só
1514 um destaque, só destaque, que depois do seu destaque a gente pode julgar isso em bloco.
1515 ALICIELE, SUPRAM LESTE – gostaríamos de fazer uma retificação na página 9 do parecer
1516 da Usiminas, o item 9, a última linha, onde lê-se obedecer cronograma apresentado nas



1517 informações complementares do RADA, leia-se obedecer cronogramas apresentado no ofício
1518 meio ambiente (3- 21:07), nº 106/10. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,
1519 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – então colocando em votação o **Processos**
1520 **Administrativos para exame de Prorrogação de Prazo para Atendimento de**
1521 **Condicionante da Licença de Operação: 11.1 Pedreira Rolim Ltda. / Extração de rocha**
1522 **para produção de britas com ou sem tratamento – Alpercata/MG – PA/COPAM/Nº**
1523 **03688/2005/001/2007 – Classe 03 – Apresentação: Supram Leste Mineiro. 11.2 Pedreira**
1524 **Rolim Ltda. / Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento –**
1525 **Ipatinga/MG – PA/COPAM/Nº 00324/1998/006/2007 – Classe 03 – Apresentação: Supram**
1526 **Leste Mineiro. 11.3 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS S.A. / Siderurgia**
1527 **e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa –**
1528 **Ipatinga/MG – PA/COPAM/Nº 00038/1983/126/2007 – Classe 06 – Apresentação:**
1529 **Supram Leste Mineiro.** em votação, quem estiver de acordo com a recomendação do
1530 deferimento da prorrogação, há tempo, conselheiro, em qual? ALEXANDRE SYLVIO
1531 VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – questão aqui da Pedreira Rolim, uma explicação, porque
1532 que a solicitação de relatório anual, ao invés de semestral, já que as análises vão continuar as
1533 mesmas. ANDRÉIA, SUPRAM LESTE – na verdade foi uma solicitação do empreendedor e
1534 nós como órgão ambiental acatamos pelo fato de, não sei se o senhor reparou mas a gente pede
1535 anual mas a frequência permanece a mesma, só o envio ao órgão ambiental que é anual, isso
1536 porque a gente até vem adotando esse critério nos nossos pareceres de um tempo pra cá porque
1537 facilita e a gente pede também anual mas que seja um relatório conclusivo e discutido, porque
1538 hoje a gente tem uma realidade que vão mandando planilhas e planilhas mensalmente,
1539 semestralmente e a gente tem uma grande dificuldade, até porque esses monitoramentos são
1540 protocolados na SUPRAM, são encaminhados ao setor responsável na FEAM, tem um passivo
1541 também enorme, então facilita, é até melhor pra gente ter uma visualização melhor, e a gente
1542 também tem o cuidado de colocar uma frase no parecer onde qualquer eventual, algum fator
1543 que ocorra, algum monitoramento que não é comum ele tem que imediatamente informar ao
1544 órgão ambiental pra tomar as devidas providências. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA
1545 COSTA, UNIVALE – se acontecer algum problema antes de um ano, seria isso. ANDRÉIA,
1546 SUPRAM LESTE – durante o ano. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE
1547 – então, por exemplo, assim, o monitoramento é semestral mas o relatório é anual, se acontecer
1548 alguma coisa o relatório que é entregue todo dezembro, se em fevereiro acontecer alguma coisa
1549 ele tem que relatar, não é preciso o relatório chegar lá na SUPRAM não né, ele relata antes,
1550 então tá. CAPITÃO FERNANDO, POLÍCIA MILITAR – só, você colocou se acontecer
1551 algum problema, o relato é imediatamente, tem um prazo, 24 horas, cinco dias. ANDRÉIA,
1552 SUPRAM LESTE – na verdade isso já é procedimento né, já é até lei, qualquer irregularidade,
1553 qualquer emergência, o órgão deve ser imediatamente informado, então essa questão de enviar
1554 relatório anualmente é até pra facilitar e pra tornar mais ágil até a análise desses auto
1555 monitoramento, até pela questão de controle de infração, de geração de auto, facilita pra gente.
1556 ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – senhores, a Usiminas aqui, pra
1557 gente encerrar hoje né, ele pediu mudança de data de condicionantes, então está aqui, vários de
1558 2010, 2012, passando pra adiante aqui, vários processos, eu nem marquei eles não, mas vocês
1559 já estão a par disso, a pergunta que eu fico na dúvida é o seguinte, ele pede uma extensão
1560 dessas condicionantes, e até lá como é que fica, entendeu, por exemplo, ele tem um prazo até
1561 2012, ele vai pedir extensão até 2015, e até lá, continua poluindo, como que é o sistema de
1562 fiscalização, é pra meu esclarecimento. ALICIELE, SUPRAM LESTE – na verdade são
1563 adequações que ele está fazendo, e pra que a SUPRAM possa acompanhar né, querer
1564 efetivamente estar realizando nós acrescentamos uma condicionante no parecer que é a
1565 condicionante 23 que é enviar relatório de cumprimento das condicionantes, aí nós citamos



1566 todas elas descritas no parecer, todas que estão sendo alteradas o prazo e o prazo que nós
1567 demos é que o primeiro relatório deverá ser protocolado em dezembro de 2010 e os demais
1568 com frequência semestral pra que a SUPRAM esteja acompanhando as adequações que estão
1569 sendo feitas. NIVIO, SUPRAM LESTE – complementando o que ela disse, o problema é o
1570 seguinte, essas adequações, imagina a Usiminas você fazer com a usina operando, você retirar
1571 parte de equipamentos dela e instalar novos, é muito complicado, é difícil, tem que fazer um
1572 planejamento, por exemplo, tem etapas que vai ter paradas de produção da unidade, então você
1573 tem que conciliar, quando houver aquelas paradas pra essas melhorias, realmente é melhorar,
1574 trocar equipamentos numa usina funcionando é extremamente difícil, então por isso é que são
1575 obras grandes, não são coisas pequenas, e na USIMINAS tudo é gigantesco, então por isso que
1576 realmente é um trabalho difícil, caro, complicado, exige planejamento, então realmente esses
1577 prazos que foram solicitados que realmente a coisa não é fácil. ALEXANDRE SYLVIO
1578 VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – essas prorrogações de condicionantes depende de cada
1579 caso, seria né. NIVIO, SUPRAM LESTE – sim, mas é isso, são obras imensas, ali como disse,
1580 ali tudo realmente é difícil de fazer, então a solicitação é bem pertinente. MARCO ANTÔNIO
1581 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – o empreendedor pediu pra se manifestar, além do
1582 empreendedor que está aqui presente representando o grupo, é conselheiro também nesse
1583 Conselho. PEDRO LUIZ, USIMINAS – boa tarde a todos aí, só reforçar aí a colocação que o,
1584 reforçar não, desculpa, corrigir a informação aí, nós não estamos poluindo, é uma oportunidade
1585 que a Usiminas reconhece de melhoria, a grande maioria dessas condicionantes está associadas
1586 a emissões fugitivas são localizadas, pontuais e nós fazemos todo o monitoramento seja
1587 atmosférico, hídrico, ruído e é mandado periodicamente ao órgão ambiental e qualidade do ar
1588 hoje é mandado on line pra FEAM e pra Promotoria de Meio Ambiente de Ipatinga, estão
1589 todos os padrões dentro da legislação, então é uma oportunidade, a gente reconhece que tem
1590 oportunidade sim pra melhorar e isso que o Nivio e a equipe colocou é o fato, é complexo a
1591 execução dos projetos que foram desenvolvidos e portanto a gente necessita dessa prorrogação.
1592 ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – então só pra esclarecer, eu não
1593 estou realmente acusando a Usiminas de nada não, mas vocês estão dentro dos padrões, as
1594 condicionantes, eles vem digamos pra, apurar mais isso, melhorar a situação, mas vocês estão
1595 dentro dos padrões hoje. PEDRO LUIZ, USIMINAS – perfeito, e não estamos parados, existe
1596 todo um trabalho seja de manutenção e operação que é contínuo, pra segurar todos os
1597 parâmetros, esse trabalho é contínuo, e esses projetos que foram compromissados aqui na
1598 época da renovação da licença nós entendemos que ele é pertinente, é uma oportunidade de
1599 melhorar e estamos reforçando um compromisso, entretanto pedindo essa prorrogação de
1600 prazo. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – então
1601 podemos colocar em votação, a prorrogação do prazo pra cumprimento das condicionantes
1602 constantes dos itens 11.1, 11.2 e 11.3, quem estiver de acordo permaneça como estão,
1603 APROVADA a prorrogação do prazo pra cumprimento das condicionantes da LO. **Assuntos**
1604 **gerais**, algum assunto a ser apresentado. AFONSO LUIZ BRETAS, FAEMG – não é
1605 propriamente um assunto, mas eu queria apresentar um colega da FAMEG aqui que é o
1606 Guilherme, ele vem de Belo Horizonte aqui nos monitorando, fazendo uma pesquisa no
1607 trabalho do COPAM. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE
1608 MINEIRO – ok, prazer, bem vindo, alguma manifestação, então, Maria Helena muito obrigada
1609 pela recepção, agradeço aos senhores e deixo a minha surpresa de ver a união desse conselho,
1610 derrubar um parecer, parabéns pela união, bom censo, preocupação com a sociedade, a
1611 realidade nossa hoje é muito cruel pra estar submetida a determinadas burocracias, mas não
1612 podemos infligir à legislação, muito obrigada gente, damos encerrada a reunião e até a
1613 próxima.